

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 23/03/2021	Caderno: Notícias



Terça, 23 de Março de 2021 - 15:40

OAB-BA quer fiscalizar contas do Estado contra dívida pública



A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia (OAB-BA) quer fiscalizar as contas do Estado, através da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, juntamente com a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) da Bahia. Para isso, foi protocolado na última sexta-feira (19) um pedido de informação junto à **Secretaria da Fazenda (Sefaz) sobre dados da dívida pública do Estado.**

O objetivo do pedido é coletar dados e documentos acerca do endividamento público do Estado e, com isso, apurar possíveis ilegalidades e oferecer soluções interdisciplinares para o enfrentamento deste problema. Segundo a ACD, o endividamento público costuma consumir boa parte dos recursos dos entes federados, e por isso, a tarefa é de suma importância para compreender esse fenômeno e, se necessário, questioná-lo.

No pedido encaminhado, às entidades destacam que "pretendem avaliar a forma pela qual a dívida pública do Estado da Bahia têm sido contratada e gerenciada, fato que é de interesse geral, vez que diz respeito à forma pela qual despesas públicas são realizadas (amortização – despesas de capital, e juros – despesas correntes)".

Com o trabalho, as instituições poderão apontar soluções para o orçamento público poderá ter mais recursos para as políticas públicas e, com isso, possibilitar melhor e mais tutela dos direitos fundamentais.

Ataque hacker tira site da Sefaz do ar; emissão de nota fiscal é mantida



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

De acordo com informações da assessoria de comunicação da Sefaz-BA, o episódio não afetou a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFe) nem repercutiu na **arrecadação** de impostos do estado.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Como medida preventiva, alguns sistemas corporativos foram desativados | Foto: Marcelo Casal Jr | Agência Brasil

O site da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA) está fora do ar, desde a tarde desta segunda-feira, 22, em função de uma tentativa de ataque cibernético. Como medida preventiva, alguns sistemas corporativos foram desativados.

Enquanto isso, a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do órgão estadual atua na tentativa de restabelecer os sistemas em total segurança. A expectativa é a de que, assim que o trabalho for concluído, o portal da Sefaz e suas funcionalidades voltem ao normal.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Março de 2021 - 00:00

TJ-BA rejeita pedido da Aspra para reduzir alíquota de ICMS da gasolina

por Cláudia Cardozo



O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) rejeitou o pedido da Associação de Policiais e Bombeiros e de seus familiares do Estado da Bahia (Aspra) para declarar a inconstitucionalidade das leis estaduais que alteram a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. A ação direta de inconstitucionalidade aponta violação da Constituição do Estado da Bahia e Federal. As Leis Estaduais questionadas são as de n.º 7.014/1996 de 04 de dezembro de 1996, e de n.º 13.207 de 22 de dezembro de 2014, que alterou a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996.

Para a Aspra, a lei ofende o princípio da seletividade do imposto com base na essencialidade estabelecida no art. 155 da Constituição Federal. A associação salientou que a revogação do art. 2º, § 3º, da Lei n.º 7.014/96, pela Lei n.º 11.899/2010, "demonstrou que o Estado estabelece alíquotas diferenciadas em diferentes produtos, valendo-se de uma seletividade inconstitucional por não atender o critério de essencialidade do produto, ofendendo o princípio da isonomia, que garante a igualdade substancial nos tributos incidentes sobre o consumo". Declarou que a alíquota de 28% da gasolina é igual a de produtos capazes de causar danos à saúde, além de ser superior à alíquota de 25% de outros produtos considerados supérfluos. Para a entidade, a gasolina não pode ser considerada como produto supérfluo, devendo ser tributada com a alíquota básica de 18%.

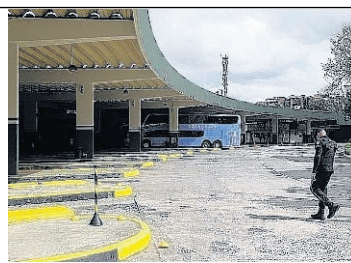
A Aspra pediu a suspensão da cobrança do ICMS sobre as operações internas de gasolina com a alíquota de 28% (vinte e oito por cento), para que, assim, fosse cobrada nas operações internas a mesma alíquota de produtos essenciais de 7% ou ao menos - a alíquota básica de operações internas é de 18%.

Em sua defesa, a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) informou que a norma é constitucional, tendo passado por controle de constitucionalidade prévio antes da aprovação. A Procuradoria Geral do Estado (PGE), por sua vez, explicou que o art. 16 da Lei Estadual n.º 7.014/96 excluiu a aplicação da regra do art. 15, definindo alíquotas diversas, inferiores para produtos integrantes da cesta básica e mercadorias fabricadas no Estado destinadas a empresas de pequeno porte e microempresas, bem assim superiores para armas e munições. De igual modo, foram definidas outras alíquotas para produtos e serviços diversos, tal como ocorreu em relação à gasolina. A PGE sinaliza que a lei atende ao princípio da seletividade em relação ao ICMS. A Procuradoria de Justiça da Bahia, em um parecer, declarou que a Aspra não detém legitimidade para propor a ação por não ter relação entre a norma impugnada e as propostas de defesa da classe representada.

De acordo com o relator da ação, desembargador Osvaldo Bomfim, quem pode pedir a declaração de inconstitucionalidade são: o governador, a Assembleia Legislativa, o procurador geral de Justiça, o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação na Assembleia Legislativa, federação sindical e entidades de classe de âmbito estadual, prefeito ou Mesa de Câmara Municipal. O relator afirma que o pedido da ação “extrapola o universo dos associados representados pela proponente, inexistindo correlação direta entre o objeto do pedido de declaração de inconstitucionalidade e os objetivos institucionais da associação”.

“Ainda que se cogite um liame mediato, indireto, não satisfaz o requisito da pertinência temática, assim como a mera potencialidade geral de dano de caráter econômico-financeiro, não é suficiente para estabelecer a relação de pertinência temática entre os objetivos estatutários da autora e a norma impugnada”, diz o relator no voto. Para Bomfim, ficou “evidente a tentativa de demonstrar a legitimidade, que não pode prosperar”, uma vez que a natureza da Aspra é “limitada a atuação à defesa dos interesses diretos da categoria que representa”. Com isso, o desembargador Osvaldo Bomfim extinguiu a ação.

**DESTAQUES
DO PORTAL
A TARDE**



Divulgação

**Transporte
intermunicipal será
suspensão dia 1º de abril**
atarde.com.br/bahia

**CCR Metrô abre
20 vagas de emprego
em Salvador**
atarde.com.br/empregos

www.atarde.com.br
71 3340-8991
(Cidadão Reporter)
71 99601-0020
(WhatsApp)

EDITORIAL *Incompetência ou intencionalidade*

Tomando a saúde como condição incontestante para a prosperidade, pois não se pode trabalhar com alto risco de adoecer e morrer, é possível concluir ser necessário, a fim de levantar a economia do país, antes, o controle da pandemia, em vez de sua aceleração.

Como agravante, o Ministério da Saúde permitiu-se negligenciar a liderança nacional, seu dever no enfrentamento de tão grande ameaça, escolhendo antagonizar, ao reincidir no erro moral, após faltar oxigênio em Manaus, provocando 31 óbitos evitáveis.

O novo flagrante perfeito consiste no abandono da cidadania, por não suprir

oferta de medicamentos para pacientes com formas graves de Covid-19, mesmo sendo de conhecimento o baixo estoque dos remédios, ampliando a angústia coletiva.

Restam duas conclusões, excludentes uma da outra: ou a gigantesca incom-

Sofre mais o cidadão do interior e das periferias das grandes cidades, onde unidades de saúde sediam enredos de sofrimento intenso

petência produziu o relaxamento indevido, em hora de maior tensão, brava gente brasileira entre a vida e a morte, ou excesso de competência, como um indicativo de intencionalidade.

Sofre mais o cidadão do interior e das periferias das grandes cidades, onde hospitais e unidades de saúde começam a sediar enredos de sofrimento intenso de pacientes e médicos, forçados a eleger quem pode viver e aqueles inevitavelmente eliminados.

Depois de a elite financeira pronunciar-se, exigindo postura de governo sério, foi a vez de a Associação Nacional de Hospitais Privados divulgar carta aberta, na

qual alerta para falta de sedativos e relaxantes musculares no trabalho chamado intubação.

Data do dia 13 deste mês a publicação de uma portaria do órgão federal Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) solicitando a relação de produção e estoque de oxigênio das fabricantes brasileiras, provavelmente antevendo o atual absurdo.

Enquanto a sombra da morte assusta, via abjeto descaso, pela inaceitável carência, a compaixão generalizada vai unindo o país, pela dor, não se admitindo argumento falaz de terem governos estaduais e prefeituras assumido trabalho de atribuição do ministério.

CAU GOMEZ



Pesquisa e infelicidade

José Medrado

Mestre em família pela Ucsal e fundador da Cidade da Luz

medrado@cidadadaluz.com.br

Ao contrário de muitos religiosos, nunca acreditei que desta pandemia o ser humano, em seu conjunto, sairia melhor em sentimento, em solidariedade. É certo que milhões pelo mundo se voltaram mais ao bem, porém foram minoria. Percebemos que, no Brasil, vem desmoronando fantasia por fantasia, no tocante à generalidade do povo brasileiro, em ser mais solidário, mais feliz. Dessa forma, constatamos, em outro recorte, agora não o da solidariedade, mas o da felicidade, que durante a pandemia do coronavírus, a infelicidade no Brasil aumentou, fazendo o país cair nove posições no ranking global da felicidade, foi o que apontou o Relatório Mundial da Felicidade, elaborado pela empresa de pesquisas Gallup, Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), o nosso país ocupa agora a 41ª posição entre 149 nações.

Em 2020, o Brasil ocupava a 32ª posição. Essa foi a mais baixa posição do país desde 2005, quando o instituto de pesquisas começou sua avaliação. “Embora o resultado de 2021 tenha relação com a pandemia, constitui apenas o agravamento do desempenho de um país que já esteve em 16º lugar”, avalia Carla Furtado, pesquisadora e fundadora do Instituto Felicidade. É certo, também, que a infelicidade aumentou no mundo todo, mas no Brasil a queda foi muito acentuada, principalmente em razão da fantasia de ser um país de gente alegre e feliz.

De acordo com o Relatório Mundial da Felicidade, a Finlândia lidera o ranking pelo 4º ano consecutivo. O relatório leva em conta diversos aspectos, como a relação PIB/per capita, a expectativa de vida no nascimento, a existência de uma rede social de apoio diante de adversidades, a confiança no governo e nas organizações, a liberdade para fazer escolhas, a generosidade e, obviamente, o conceito pessoal sobre o que seja felicidade.

Não precisa ser pesquisador para sentir um país, mais que dividido, em cultivo do ódio, em estratégia de desconstrução de reputações, em escárnio pela vida, pela dor humana. Há uma espécie de efeito dominó de normalização de mortes, de dores... diante desta tragédia sanitária pelo que o mundo passa, e o Brasil lidera em mortes diárias. Não precisamos, portanto, ir muito adiante é possível que no nosso próprio ambiente doméstico convivamos com negacionistas, que podem até imitar a dor de alguém que arfa por falta de ar, como, inclusive, o presidente imitou em sua última live. A forma caricata que ele encenou em falta de ar, foi, segundo os seus seguidores ferrenhos, dentro de um contexto. Ora, ora, não há contexto que justifique o deboche da dor, do sofrimento de alguém.

O Brasil não é feliz, mesmo ainda tendo as suas paisagens tropicais com seu sol, coqueiros, praias e florestas tão apreciadas pelo mundo afora.

Águas de março: 150 anos da Comuna

Antonio Carlos da Silva

Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (Nedh/Ucsal)

As ruas estavam plenas de sorrisos e camaradagem. Um luar de esperança se confundia com o ato revolucionário. Se para realizar a ação política é necessário reorientar o espaço público, aquela Paris de 1871 pertencia ao povo. O tempo, entretanto, conspirava contra. Tal como a Primavera, estação renovadora, 72 dias foram o suficiente para as estruturas do poder interromperem a festa e, outra vez, tingirem de vermelho, de vergonha as ruas da liberdade.

A comuna transpirava igualdade, não como um objetivo, mas como princípio. Entre idosos, mulheres, homens, jovens e crianças a distinção era republicana. Para além do célebre diálogo platônico, a conversão das ideias subsumia o verso estampado em Justiça: “a atribuição a cada um da obrigação que lhe cabe, de acordo

com a sua própria aptidão”. A organização política e a distribuição dos cargos institucionais diziam respeito apenas ao sorteio, a essência do ato democrático sem a coerção oligárquica.

Não eram os títulos que formalizavam o corpo político, mas a sua ausência. Dignitários pelo nascimento e/ou propriedade foram substituídos por aqueles indivíduos desprovidos de herança ou filiação. Assim, sitiados por patricios e oportunistas (sempre estão por perto), os camaradas aproveitaram as circunstâncias históricas para desempenharem o papel de protagonistas na conflagração dos direitos. Cansados de esperar a transformação política, fizeram a revolução social.

As contradições do momento, sublinhadas por guerras e recrudescer virulento da miséria, enfraqueceram o Leviatã. Conquistas sociais, duramente obtidas, foram suplantadas por uma máquina de opressão e valorização da riqueza. O Estado, em completa discórdia, fazia ouvidos moucos aos apelos da nação, olvidava de sua missão e justificava a erupção do bem-estar

com ecos de tradição acrítica e trans-histórica.

Por conseguinte, a violência, em seus distintos matizes, excedeu a lógica irracional da gestão do caos. A política transvestida de polícia delimitou a cidadania ao exercício de um voto contumaz: a manutenção da barbárie em ritmo civilizatório.

O Panthéon da História reconhecerá, na pequenez de Napoleão III aos Zeros genealógicos, o bosque escuro em que a sociedade se perdeu. Portanto, tal como aludido por Benjamin, somente um verdadeiro estado de exceção fará jus aos sonhos libertários dos camaradas de Paris.

A França, quicá o Brasil, nesta reminiscência de 150 anos, resgata a utopia ao tom de Jobim, que na ousada interpretação de Elis Regina – o condimento vermelho que sabe a Rosa Luxemburgo da revolução – clama pelas “águas de março” neste turbilhão de sentimentos, para fechar essa tenebrosa estação com uma promessa em favor da vida e contra a sua negação.

A TARDE

Fundado em 15/10/1912

Presidente de Honra: RENATO SIMÕES
Presidente: JOÃO DE MELLO LEITÃO

CONTROLLER:
Lucas Lago
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:
Luciano Neves
COMERCIAL E MARKETING:
Eduardo Dute

A TARDE E MASSA!:
Mariana Carneiro
PORTAL A TARDE:
Caroline Gois
RÁDIO A TARDE FM:
Jefferson Beltrão

ASSOCIADA
À SIP
SOCIEDADE
INTERAMERICANA
DE IMPRENSA

MEMBRO
FUNDADOR DA ANJ
ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS

ASSOCIADA
AO IVC
INSTITUTO
VERIFICADOR DE
COMUNICAÇÃO

PREMIADA
PELA
SOCIETY
FOR NEWS
DESIGN

SEDE: RUA PROFESSOR MILTON CAYRES DE BRITO, N.º 204, CAMINHO DAS ÁRVORES, CEP: 41820-570, SALVADOR/BA. FALE COM A REDAÇÃO: (71)3340-8800, (71)3340-8500, FAX: (71)3340-8712 OU 3340-8713, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 6:30 À MEIA-NOITE. SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9:00 ÀS 21 HORAS. SUGESTÃO DE PAUTA: CIDADAOERPORTER@GRUPOATARDE.COM.BR, (71)3340-8991. CLASSIFICADOS POPULARES: (71)3533-0855. CIRCULAÇÃO: (71)3340-8612; CENTRAL DE ASSINATURA: (71)3533-0850.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br



Eldorado Brasil Celulose / Divulgação

A J&F detém 50,59% da Eldorado e a Paper, 49,41%

NEGOCIAÇÃO Decisão judicial interrompeu a mudança do controle da Eldorado, braço de celulose da J&F, para o grupo indonésio Paper Excellence

Justiça suspende transferência de empresa da família Batista

Evaristo Sá / AFP / 28.11.2017 Waldemir Barreto / Agência Senado / 8.11.2017

DA REDAÇÃO

A Justiça de São Paulo suspendeu a transferência do controle da Eldorado, braço de celulose da J&F, para o grupo indonésio Paper Excellence.

A J&F controla os diversos negócios da família Batista. Ambos travaram a maior disputa arbitral do país, um negócio de R\$ 15 bilhões.

A J&F, controlada pela família Batista, detém 50,59% da Eldorado e os indonésios da Paper, 49,41%, por meio da CA Investment (Brazil).

Os Batistas foram derrotados na arbitragem, e a lei impede que a sentença seja questionada. Mas a J&F se valeu de brechas legais que permitem o cancelamento do processo, como em caso de conflito de interesse de um dos árbitros, segundo reportagem da Folha.



Os irmãos Joesley e Wesley são os donos da J&F



Histórico

Em 2017, depois de pagar R\$ 3,8 bilhões para os Batistas, a Paper firmou um contrato de compra e venda do controle da Eldorado. No

entanto, foi à Justiça porque a J&F vendeu e não entregou o controle alegando não cumprimento de cláusulas contratuais.

Já em 2018 o imbróglio

culminou em uma arbitragem, a maior da história, depois de a J&F pedir mais R\$ 6 bilhões para entregar a empresa, segundo o presidente da Paper Excellence, Claudio Cotrim, para a Folha.

O desfecho se deu há um mês com um resultado de três a zero em favor da Paper. Os árbitros, inclusive o escolhido pela J&F, entenderam que a companhia indonésia cumpriu suas obrigações e que os Batistas criaram empecilhos para evitar ou retardar ao máximo a entrega da Eldorado.

O que mais pesou na decisão foi o comprovante de um depósito de R\$ 11 bilhões em uma conta do banco BTG aberta exclusivamente pela Paper para embasar um pedido judicial obrigando a J&F a cumprir o contrato de compra e venda.



“Unidos pela Vacina” deve ser o movimento de todos!

O país está em um momento onde todos chegaram à conclusão de que a vacinação é o meio por onde o Brasil conseguirá sair deste colapso em que se encontra atualmente, o qual abrange, não somente o sistema de saúde, mas também as atividades produtivas da economia e a vida social das pessoas. Além de reduzir o alto nível de contaminação e a superlotação das Unidades de Terapia Intensiva (UTI), só com o maior número de pessoas vacinadas, sobretudo a população economicamente ativa, será possível um retorno gradual da economia.

Diante desta conjuntura social e visando colaborar com o processo vacinal, o movimento apartidário “Unidos pela Vacina” pretende contribuir com diversas frentes de atuação para apoiar o processo de vacinação e permitir que ele aconteça de maneira mais célere, alcançando todos os brasileiros. A iniciativa, que é liderada nacionalmente pela empresária Luiza Helena Trajano, fará interfaces com o governo federal, estados, municípios e meios de comunicação, de modo que os empresários sejam um ponto de apoio no processo de vacinação.

Na Bahia, o presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB), Mário Dantas, é um dos apoiadores do movimento em todo o país e representa o estado na campanha. A liderança do movimento nos estados atua sempre em conjunto por um empresário e uma representante do movimento Mulheres do Brasil, que, aqui na Bahia, conta com a Jana Ricarte.

“Temos a consciência de que, mais do que nunca, a economia precisa se reerguer, mas priorizar a vida é, sem sombra de dúvidas, o mais importante. À frente do movimento aqui na Bahia, vamos buscar unir forças com todos os empresários e a sociedade para que possamos apoiar a vacinação, dando suporte às prefeituras e ao estado”, explica Dantas.

O movimento “Unidos pela Vacina” não arrecada dinheiro e foi construído por meio de questionário, através de um levantamento das necessidades de todos os municípios no Brasil, as quais foram lançadas em uma plataforma digital, onde as empresas e pessoas que desejarem apoiar o farão por meio desta plataforma, doando diretamente aos municípios produtos e/ou serviços de acordo com as necessidades de cada localidade.

Diversos empresários e executivos de destaque nacional estão se dedicando ao projeto, nas suas diversas frentes e coordenações estaduais. Nomes como Eduardo Sirotsky Melzer, fundador da gestora EB Capital; Nizan Guanaes e Márcio Santoro, da agência África; e o Paulo Kakinof, CEO da GOL estão trabalhando pela causa.



Mário Dantas é um dos apoiadores do movimento

MULTA

Eike Batista é condenado pela CVM

ALANA GANDRA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) considerou culpado Eike Fuhrken Batista, durante sessão de julgamento realizada ontem. A multa aplicada ao empresário será de R\$ 150 mil, por ter votado em situação de conflito de interesse em reunião do conselho de administração da

MMX Mineração e Metais, que presidia à época.

O processo administrativo sancionador foi instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) em 2018, para apurar a responsabilidade de Eike Batista, na qualidade de presidente do conselho de administração e acionista controlador da MMX Mineração e Metais, “em recuperação judicial, à época dos fatos, por

ter votado, em alegada situação de conflito de interesses, em deliberação do conselho de administração da companhia que aprovou o contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado com a MPX Energia S.A.” (hoje Eneva S.A.), companhia da qual também era acionista, vinculado a acordo de acionistas para compartilhamento de controle. De acordo com a CVM, Eike Batista

infringiu o artigo 156, caput, da Lei 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações.

A diretora relatora, Flávia Perlingeiro, votou pela condenação de Eike à multa de R\$ 150 mil pela acusação formulada e teve o voto acompanhado pelo presidente da CVM, Marcelo Barbosa.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CRISE

Desempenho da economia no 1º semestre é incerto

ANDREIA VERDÉLIO

Agência Brasil, Brasília

Apesar da retomada econômica positiva no ano passado e dos indicadores de recuperação consistentes, o ritmo de crescimento da economia ainda é incerto no primeiro semestre deste ano diante dos possíveis efeitos do aumento agudo no número de casos de Covid-19.

A avaliação é do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) e consta da ata da última reunião, divulgada ontem.

Para o Comitê de Política

Monetária, uma possível reversão econômica devido ao agravamento da pandemia seria bem menos profunda do que a observada no ano passado, e “provavelmente seria seguida por outra recuperação rápida”.

Vacinação

Isso depende, entretanto, da capacidade do Brasil em vacinar a população. “Para o comitê, o segundo semestre do ano pode mostrar uma retomada robusta da atividade, na medida em que os efeitos da vacinação sejam sentidos de forma mais abrangente”, diz a ata.

ENERGIA

Aneel abre consulta para rever bandeiras tarifárias

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, Brasília

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, ontem, a abertura de uma consulta pública para a revisão dos valores das bandeiras tarifárias, que indicam ao consumidor se haverá ou não acréscimo da cobrança da conta de luz em razão do custo com a geração de energia elétrica. A proposta passará por consulta pública de 24 de março a 7 de maio. O funcionamento das bandeiras tarifárias tem três cores: a verde (sem cobrança extra) e a amarela ou ver-

melha (com cobrança adicional a cada 100 quilowatts-hora consumidos) nos patamares 1 e 2.

Pela proposta em discussão, haverá revisão nos valores cobrados. A bandeira vermelha no patamar 1 deve ter alta de 10%, subindo de R\$ 4,169 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos para R\$ 4,599. No patamar 2, a alta vai ser maior, de 21%, passando de R\$ 6,243 a cada 100 kWh para R\$ 7,571. Na bandeira amarela, a previsão é de uma redução de 26% no valor. A cobrança passaria de R\$ 1,343 a cada 100 kWh consumidos para R\$ 0,996.

FINANÇAS

Resgates do Tesouro Direto superam vendas em R\$ 9 mi

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Os resgates do Tesouro Direto superaram as vendas em R\$ 9,1 milhões em fevereiro. De acordo com os dados do Tesouro Nacional, divulgados ontem, as vendas do programa atingiram R\$ 1,814 bilhão no mês passado. Já os resgates totalizaram R\$ 1,823 bilhão, sendo R\$ 1,699 bilhão relativo a recompras de títulos públicos e R\$ 123,4 milhões a vencimentos, quando o prazo do título acaba, e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados

foram os vinculados à inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), cuja participação nas vendas atingiu 41,2%. Os títulos corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia) corresponderam a 33,5% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, foram 25,3%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 62,93 bilhões no fim de janeiro, aumento de 0,7% em relação ao mês anterior (R\$ 62,51 bilhões) e 7% em relação a fevereiro do ano passado (R\$ 58,8 bilhões).

VALE-ALIMENTAÇÃO JÁ PODE SER USADO

BENEFÍCIO Os estudantes que receberam a quinta parcela do vale-alimentação estudantil já estão fazendo uso do benefício. O valor é de R\$ 55 por estudante e contempla 800 mil alunos da rede estadual. As compras podem ser feitas em mais de 20 mil estabelecimentos, como supermercados, mercadinhos de bairros e padarias credenciados na rede Alelo, nos 417 municípios da Bahia, distritos e povoados. Foram disponibilizados mais R\$ 44 milhões nessa parcela.

24h**ECONOMIA**

8 | Sa

Conselho da Petrobras vota hoje venda da RLAM

REFINARIA BAIANA Às vésperas de deixar a presidência da Petrobras, Roberto Castello Branco vai tentar fazer com que o conselho de administração da empresa aprove, hoje, a última privatização de sua gestão - a da Refinaria Landulpho Alves (RLAM).

Em documento enviado aos membros do colegiado, a diretoria informa que o valor de R\$ 1,65 bilhão fechado com o Mubadala, fundo de investimento dos Emirados Árabes, é inferior à faixa média de referência calculada por ela, antes da pandemia. Argumenta, no entanto, que o cenário econômico mudou e, sem vender a refinaria, vai ser difícil manter os preços dos combustíveis alinhados aos do mercado internacional.

Os sucessivos aumentos do óleo diesel em 2021 levaram o presidente Jair Bolsonaro, a demitir Castello Branco pelas redes sociais no dia 19 do mês passado. O mandato do

Aumentos seguidos do Diesel fizeram com que o presidente Jair Bolsonaro trocasse o comando da estatal petrolífera

executivo terminou há três dias, mas ele optou por não renunciar. Vai ficar no cargo até a chegada de seu substituto, após o dia 12 de abril, quando a assembleia geral extraordinária de acionistas (AGE) deve aprovar a indicação do general do Exército Joaquim Silva e Luna para o comando da estatal. Com ele, deve entrar novo conselho de administração.

Enquanto isso, o atual presidente da Petrobras mantém o projeto de dar fim ao domínio estatal no refino nas regiões Norte, Nordeste e Sul do país. A RLAM deve ser a primeira de um grupo de oito refinarias postas à venda pela estatal.

De acordo com o documento enviado aos conselheiros na semana passada, para que decidam seus votos de hoje, o valor oferecido pelo Mubadala está abaixo da referência. Com a crise sanitária, a empresa revisou suas projeções, considerando as novas condições de

mercado, e alterou o valor. Nesse segundo momento, concluiu que o total proposto pelo fundo árabe até supera suas expectativas.

Aos conselheiros, a diretoria da empresa diz que a "avaliação da oferta acima ou abaixo do cenário base não constitui informação suficiente para a tomada de decisão". Segundo os gestores, o "timing é adequado", diante do risco do negócio não acontecer ou da empresa não conseguir proposta melhor que a do Mubadala. No documento, a diretoria alega que, se a RLAM não for vendida, há severo risco da "não implementação de política de preços competitivos e flexíveis em três anos".

Em nota, a Federação Única dos Petroleros (FUP) afirma que a estatal será 'vendida à preço de banana'. "A venda da RLAM já é por si só um prejuízo claro para a Petrobras e acionistas", avalia o coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Governo anuncia seis mil vagas para cursos de qualificação profissional

MERCADO DE TRABALHO O governo da Bahia anunciou a abertura de 6 mil vagas em cursos gratuitos de qualificação e atualização profissional a partir da criação do programa Conectar - Qualificação e Trabalho. O anúncio foi realizado ontem, durante transmissão do Papo Correria do governador Rui Costa.

Secretário estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), Davidson Magalhães participou da transmissão e explicou que os interessados podem se inscrever até o dia 31 de março, no site do programa (<https://conectarbahia.com.br/>).

As inscrições são realizadas apenas pela internet, e os beneficiários terão direito a uma bolsa mensal de R\$ 120 durante os dois meses de duração do curso.

Ao todo, são 11 cursos: Redes Sociais como Ferramenta de Marketing; Inglês EAD Básico e Pré-Intermediário; Unhas Artísticas e Manicure Profissional; Marketing Digital & E-commerce; Fotografia Digital; Digital Influencer; Cuidador de Idosos; Gastronomia com ênfase na culinária vegana; Marketing Digital para o Empreendedor; Profissional Organizer; e Reciclagem de Rodoviários e Motoristas de Vans.

Em função da pandemia, a formação ocorrerá na modalidade de Educação a Distância (EAD), com a construção de redes de conhecimento entre alunos, professores e tutores, por fóruns, chats e atividades interativas.

60

dias - 2 meses será o tempo de duração dos cursos do programa Conectar

120

reais por mês de curso é o valor da bolsa que será paga aos alunos

11

cursos de diversas áreas fazem parte do projeto

BRASIL

PANDEMIA O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem a ação apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para derrubar decretos dos governos da Bahia, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul que impuseram "toque de recolher" à população, endurecendo as restrições à circulação de pessoas diante do agravamento da pandemia. Na Bahia, o toque de recolher, desde anteontem, foi recuado das 20h para as 18h, indo até as 5h.

A ação de Bolsonaro tinha sido apresentada na última sexta-feira. Na contramão das medidas adotadas por governadores e prefeitos no auge da crise sanitária, Bolsonaro questionou a competência dos governos locais para tomar estas providências.

O processo foi movido pelo próprio Bolsonaro e não pela Advocacia Geral da União (AGU), a quem cabe representar judicialmente os interesses do Planalto perante o STF. Marco Aurélio considerou que caberia à AGU formalizar o pedido e rejeitou o recebimento da ação. "O Chefe do Executivo personifica a União, atribuindo-se ao advogado-geral a representação judicial, a prática de atos em juízo. Considerado o erro



PAULA RIZES

STF rejeita ação de Bolsonaro contra toque de recolher na BA



NELSON RIBEIRO/STF

Ministro do Supremo Marco Aurélio Mello negou, ontem, pedido do presidente Jair Bolsonaro contra as medidas de isolamento. Com isso, o toque de recolher segue valendo na Bahia, das 18 às 5hs

grosseiro, não cabe o saneamento processual", escrevem.

Na decisão de quatro páginas, o ministro ainda destacou que o governo federal não está isento de agir na pandemia. "Ante os ares democráticos vivenciados, impróprio, a todos os títulos, é a visão totalitária. Ao Presidente da República cabe a liderança maior, a coordenação de esforços visando o bem-estar dos brasileiros", frisou o decano. O trecho é um duro recado ao chefe do Executivo, que tem procurado se isentar das responsabilidades na condução da crise.

Os decretos editados pelos governadores do Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Bahia foram elaborados com base em entendimentos firmados pelo STF ao longo de 2020, que dá autonomia a estados e municípios para ações contra a pandemia.

O governador Rui Costa celebrou a decisão. "O Brasil precisa de serenidade, de trabalho, de competência, de coordenação para que tenhamos mais vacinas, medicamentos e unidade de saúde. Seguiremos adotando todas as medidas necessárias para preservar vidas humanas, como fizemos ao longo desses meses e temos, graças a Deus, obtido êxito nesta tarefa", disse.

Congresso pressiona para aumentar valor do auxílio

BENEFÍCIO Sobe cada vez mais o número de parlamentares do Congresso Federal que pressionam o presidente Jair Bolsonaro e seu governo a aumentar para R\$ 600 o valor do auxílio emergencial. O benefício em 2021 pode ser de, no máximo, R\$ 375.

O texto que garantiu a redução do valor em relação a 2020, quando era de R\$ 600, foi assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) na última quinta-feira (18). O benefício será dado durante quatro meses e atingirá 40 milhões de brasileiros – em 2020, o programa alcançou 67,9 milhões.

Desde que a medida com valor e quantidade de beneficiários reduzidas chegou no Congresso, emendas para aumentar o valor já foram protocoladas. Entre os autores, segundo o portal R7, estão José Nelto (Podemos-GO), Elias Vaz (PSB-GO) e José Guimarães (PT-CE).

O texto de Nelto, por exemplo, restabelece o valor inicial (R\$ 600) e recria o benefício até o fim da pandemia de covid-19 no país. O vice-líder do Podemos na Câmara criticou a atual quantia do auxílio, que considera pouco se considerada a aceleração da inflação no país.

Nelto argumenta que sem vacinas, o auxílio emergencial se tornou a mais importante medida econômica para manter as pessoas em casa com alguma condição de sobreviver ao vírus e à fome. "O auxílio emergencial é o meio que a continuidade dos pagamentos vai favorecer as medidas de lockdown necessárias neste momento para evitar mais mortes em decorrência da covid-19".

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o Palácio do Planalto articulam para deixar a MP do auxílio emergencial caducar, isso porque, caso seja votada, há o risco de o valor aumentar, justamente na votação dessas emendas apresentadas.

O benefício será dado durante 4 meses e atingirá 40 milhões de brasileiros

Carolina Cerqueira*

 REPORTAGEM
 carolina.cerqueira@correioabha.com.br

A Bahia ultrapassou a marca de um milhão de vacinados com a primeira dose contra a covid-19, ontem. O caminho pela frente ainda é longo, pois faltam mais de 13 milhões receberem o imunizante. Mas, a cada ampola aplicada, aumenta a esperança de vencer o vírus. O número de segundas doses já inoculadas é menor - cerca de 298 mil -, mas a boa notícia é que a taxa de abandono das aplicações é nula. Ou seja, nenhum baiano ou baiana deixou de completar a imunização no prazo previsto no calendário.

De acordo com os números disponíveis até a tarde de ontem, 6,7% da população do estado recebeu ao menos a primeira dose da vacina desde o dia 18 de janeiro - início da vacinação - até ontem, considerando a população baiana estimada em 2021: 14.985.070 pessoas, o número usado pelo governo estadual para o cálculo.

A Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) afirma que a Bahia ocupa o terceiro lugar no Brasil em número de aplicações, tendo recebido 2.039.600 doses divididas entre a chinesa Coronavac e a vacina de Oxford/AstraZeneca (britânica), desde a primeira remessa.

Em Salvador, são mais de 240 mil pessoas que já receberam a primeira dose contra o coronavírus. Desse total, cerca de 50% são profissionais de saúde. Até agora, mais de 73 mil soteropolitanos já receberam as duas doses.

Nesta quarta-feira (24), Salvador começará a vacinar os idosos a partir de 70 anos. Aqueles com 71 ou mais devem ir aos locais de vacinação no período da manhã (de 8h às 12h) e, aqueles com 70 anos ou nascidos de 24 de março de 1950 até setembro do mesmo ano, no período da tarde (13h às 16h). Por enquanto, o planejamento escalonado vai até a sexta-feira (26), com a vacinação para os idosos que têm a partir de 69 anos (saiba mais no texto ao lado).

GRUPOS PRIORITÁRIOS

Os idosos formam a maior parcela vacinada do grupo prioritário que recebe a substância nessa etapa inicial, dividida em quatro fases, conforme o Plano Nacional de Imunização. Cerca de 6.58 mil pessoas com 60 anos ou mais já foram imunizadas com a primeira dose da vacina na Bahia, o que representa 33% do total estimado desse público (1.991.584).

Já os profissionais de saúde foram os mais vacinados: 94% (cerca de 351 mil) do total de trabalhadores da área (374.368) já receberam o imunizante.

Na avaliação do titular da Sesab, Fábio Vilas-Boas, a chegada da vacina russa



Mais de 1 milhão de vacinados na Bahia

Quem já recebeu sua dose comemora o feito; estado ainda precisa imunizar 13 milhões de pessoas contra a covid-19

“A minha mais velha tem 51 anos, ainda vai demorar um pouquinho para a família toda ficar imunizada, mas não vejo a hora **Naiva Souza**”

Elas têm 75 anos e foi imunizada depois da mãe **Naide Santos, de 84**

“Abraçar, beijar, conversar pessoalmente são coisas que fazem falta. Só a vacina vai trazer tudo isso de volta **João Figuer**”

O diretor-geral de 53 anos comemora a vacinação da mãe, Genária, de 78

Sputnik V, a partir de abril, vai acelerar o processo de aplicação. “Avançaremos mais rápido na imunização”, ressalta o secretário. Com essas doses, mediante autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), “será possível imunizar todos os idosos acima de 60 anos e profissionais das áreas de educação e segurança”, afirma Vilas-Boas.

Ontem, o governador da Bahia, Rui Costa, anunciou durante o Papo Correria, o planejamento para a chegada das 37 milhões de doses totais que serão enviadas ao Nordeste: “São 2 milhões de doses que chegam em abril, 5 milhões de doses em maio, 10 milhões em junho e 20 milhões no mês de julho”. Do total, 9,7 milhões vêm para a Bahia, mas o governador não especificou quantas doses de cada uma das remessas fica-

rão no estado.

“Espero que, até o final de abril, as pessoas com 59 anos, que é a minha idade, já estejam sendo vacinadas. Eu quero ser vacinado com a Sputnik V”, disse Rui Costa. “Estou ansioso para virar jacaré”, brincou o governador, em referência ao presidente Jair Bolsonaro, que questionou a segurança das vacinas.

Outro reforço na vacinação, dessa vez em Salvador, ocorrerá com a compra das 20 milhões de doses pleiteadas pela Frente Nacional de Prefeitos, um consórcio que reúne mais de mil prefeituras do país. Na Bahia, além de Salvador, são mais 89 prefeituras no consórcio (leia ao lado).

“Mesmo diante do sacrifício que os municípios estão vivendo, porque aumentamos o nosso custeio da pandemia, considero a compra da vacina uma prioridade”,

disse o prefeito da capital, Bruno Reis

INJEÇÃO DE ANÍMO

Os mais idosos, vacinados primeiro, comemoram a imunização de filhos e filhas. Também aguardam, ansiosos, a chegada da vez dos netos e bisnetos. Esse é o caso da aposentada Naide Santos, 94 anos, que já tomou as duas injeções. Agora ela tem o prazer de ver os quatro filhos serem imunizados, o que deve acontecer no decorrer dessa semana. A filha Naiva Souza, 76, já recebeu a primeira dose e com direito a comemoração em dobro: a aplicação aconteceu no dia do seu aniversário, em 13 de março.

“As pessoas me trataram muito bem e festejaram comigo. Não doeu nada e não tive nenhuma reação”, conta ela, que está ansiosa para ver os filhos e netos se vacinando.



Em Salvador, mais de 240 mil pessoas já tomaram a primeira dose contra o coronavírus e 73 mil receberam a segunda. A prefeitura da capital entrou em consórcio nacional para a compra de mais 20 milhões de vacinas direto do laboratório

"A minha mais velha tem 51 anos, ainda vai demorar um pouquinho para a família toda ficar imunizada, mas não vejo a hora", acrescentou. Neuzi Kurie Arimitsu, 72, também foi vacinada no dia do seu aniversário, no último domingo (21). Sempre muito ativa, a vacina para ela é sinônimo de renovação. Até o início da pandemia, ela trabalhava como motorista de aplicativo, mas abandonou a função por medo da contaminação. Agora, não vê a hora de voltar quando tomar a segunda dose. "Para mim é bom [dirigir por aplicativo], pois é uma terapia. Gosto de conversar com as pessoas e conhecer novos lugares", diz.

A FILA ANDA
Mesmo quem ainda aguarda na fila pela sua vez de tomar a vacina, já tem a imunização de algum familiar ou amigo para celebrar. O alívio do diretor teatral João Figueira, 53 anos, veio com a vacinação da mãe, Genária Figueiredo, de 78, que aconteceu no último dia 09. João conta que, durante a pandemia, não conseguiu ver a mãe com a mesma frequência de antes e sofreu muito por isso. "Essa segunda onda a deixou um pouco desanimada, mas a vacina veio para dar um ânimo novo. Eu já fui vê-la, mas usando máscara e ficando de longe".

A visita, porém, ainda não foi suficiente para matar a saudade. O que João quer mesmo é que a mãe tome logo a segunda dose para poder, enfim, dar aquele abraço forte nela. "A gente é muito cuidadosa, mas também é uma família muito unida, que se toca muito e se gosta demais. Abraçar, beijar, conversar pessoalmente são coisas muito importantes e que fazem falta. Só a vacina vai trazer tudo isso de volta".

A data para a segunda dose também está marcada no calendário do economista Edvaldo Lopes, de 71 anos: 20 de abril. A mãe dele, de 92 anos, já tinha sido vacinada e, nesta terça (23), foi a vez dele, que esbanjou alegria na fila da vacinação.

"Na pandemia, os únicos momentos que eu toquei em minha mãe foi quando levei ela para tomar as duas doses. Agora, nossa família é só felicidade. A gente vai ficar mais tranquilo para poder se ver, mesmo mantendo todos os cuidados. Não vejo a hora de poder viajar, passear. Temos que aproveitar a vida", opina Edvaldo.

Quem também recebeu a sua primeira dose ontem foi o aposentado Carlito Ramos dos Santos, de 71 anos. Com a mãe já vacinada, chegou a hora dele e dos 10 irmãos. "A família toda está muito feliz. Tomar a vacina é um ato de amor ao próximo e a si mesmo, pois você não quer ficar doente, não quer que o outro fique também".

"COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO E A COLABORAÇÃO DE DANIEL ALOSIO.

*** NÚMEROS DA VACINAÇÃO NA BAHIA (EM %)**

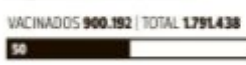


POPULAÇÃO DA BAHIA
VACINADOS COM 1ª DOSE 1.032.464
VACINADOS COM 2ª DOSE 298.383

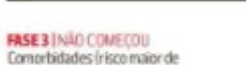


PAOIENTES RENAIAS CRÔNICAS (ANDA NÃO COMEÇOU A VACINAÇÃO)
TOTAL 775

FASE 1 | EM ANDAMENTO
Profissionais de saúde, idosos a partir de 75 anos ou mais, idosos em instituições de longa permanência e indígenas e povos tradicionais)



FASE 2 | EM ANDAMENTO
Idosos de 60 a 74 anos



FASE 3 | NÃO COMEÇOU
Comorbidades (risco maior de agravamento) – diabetes mellitus; doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC); doença arterial coronária; doenças cardiovasculares e cerebrovasculares; hipertensão arterial grave; indivíduos transplantados de órgãos sólidos; anemia falciforme; câncer e obesidade mórbida

TOTAL 952.507 PESSOAS

FASE 4 | NÃO COMEÇOU
Pessoas em situação de rua, Forças de Segurança e Salvamento, Trabalhadores da Educação, Pessoas com deficiência institucionalizadas, Pessoas com deficiência permanente severa, Caminhoneiros, Trabalhadores Transporte Coletivo Rodoviário e Metroferroviário de passageiros, Trabalhadores de Transporte Aéreo, Trabalhadores Portuários, População Privada de Liberdade, Funcionário do Sistema de Privação de Liberdade.

TOTAL 874.634 PESSOAS

Consórcio de prefeitos vai comprar doses

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) formalizou, antecorrem, a criação do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras (Conectar). O consórcio permite a compra de vacinas contra a covid-19, além de medicamentos e insumos. A associação é formada, até então, por prefeitos de 1.731 municípios do Brasil, sendo 90 da Bahia. O objetivo do grupo é comprar 20 milhões de doses até o próximo dia 31 de maio.

Na formalização do consórcio, o prefeito de Salvador, Bruno Reis, ressaltou que o principal motivo de Salvador integrar o grupo é investir na compra de vacinas. "Entendemos que o melhor investimento é a compra da vacina, não há nada mais importante nesse momento do que salvarmos vidas e evitar as mortes", destacou, na ocasião.

As prefeituras que integram o Conectar pretendem usar as doses adquiridas para completar a imunização dos idosos, trabalhadores de saúde, indígenas e pessoas com comorbidades, que são prioritárias.

Adquirir os imunizantes e outros insumos para o tratamento dos doentes de covid-19 a preços menores também é outro objetivo das prefeituras reunidas na FNP.

Segundo Bruno Reis, são os prefeitos que vêm assumindo os maiores fardos durante a pandemia. "O município já fica, como sempre, com as maiores atribuições. Hoje, cabe ao Governo Federal fornecer a vacina, aos estados distribuírem e aos municípios aplicarem. Aqui em Salvador, temos drives, pontos fixos, vacina express. Adquirimos freezers para armazenamento, agulhas, seringas, contratamos mais de 300 profissionais para toda essa logística. Nós, prefeitos, é que, nesse momento, temos as maiores responsabilidades", defendeu.

A FNP ainda não tem detalhes sobre quantas vacinas virão para Salvador.

Doses para os idosos são antecipadas

O cronograma de vacinação contra a covid-19 para os idosos de Salvador foi antecipado para a aplicação da primeira dose, informou, na noite de ontem, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Com a mudança, hoje serão imunizados os idosos com 70 anos completos. Já, amanhã, é a vez dos idosos com 69 anos e, na sexta (26), recebem a primeira dose os idosos com 68 anos. Além disso, idosos com 70 anos que seriam vacinados apenas pela tarde, poderão procurar os postos no turno da manhã.

Entre as 8h e às 12h, serão atendidas pessoas nascidas entre 24 de março e 30 de setembro de 1950. No período da tarde, das 13h às 16h, será a vez dos nascidos entre outubro de 1950 e 24 de março de 1951.

A SMS informou também que a aplicação da primeira dose para todos os trabalhadores da área de saúde estará suspensa a partir de hoje. Já a aplicação da segunda dose seguirá normalmente na capital, tanto para idosos, como para os trabalhadores da saúde.

Quem vai tomar a segunda dose precisa olhar a data de retorno no site da SMS ou no cartão de vacina obtido na primeira aplicação. Vale lembrar que os idosos que foram imunizados pelo serviço Vacina Express não precisam fazer novo registro na plataforma digital. O retorno da equipe à casa do idoso será feito automaticamente de acordo com a data de reforço programada no sistema.

●● A gente vai ficar mais tranquilo para poder se ver, mesmo mantendo todos os cuidados. Não vejo a hora de poder viajar, passear. Temos que aproveitar a vida
Edvaldo Lopes

Economista de 71 anos vai tomar sua segunda dose em 20 de abril

●● Tomar a vacina é um ato de amor ao próximo e a si mesmo, pois você não quer ficar doente e não quer que o outro fique também
Carlito Ramos dos Santos

Aposentado de 71 anos de idade e sua vez de ser imunizado junto com os 10 irmãos

●● Será possível imunizar todos os idosos acima de 60 e profissionais de educação e segurança
Fábio Vilas-Boas

Titular da Secab, seber a Sactrvik V

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 24/03/2021	Página: 08

Tribuna

ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

Agronegócios

O PIB do agronegócio baiano registrou expansão de 11,2% no quarto trimestre de 2020 na comparação com o mesmo trimestre de 2019. A informação foi divulgada nesta sexta-feira (19), pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). "A produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas em 2020 foi de 10 milhões de toneladas, o que representou uma expansão de 21,5% na comparação com 2019, mesmo em meio à pandemia do coronavírus. Este foi o melhor resultado da série histórica, com destaque para a soja, milho, cana-de-açúcar, cacau e café. Em termos de participação, a economia do agronegócio representou 23,8% do PIB baiano, com valor total de R\$ 72,7 bilhões em 2020. O fato repercutiu bem entre os agropecuaristas que residem em Feira de Santana e tem negócios fora.

Comitê deve adiar tributos do Simples por três meses

Medida tem a concordância dos secretários estaduais

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

24/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Comitê Gestor do Simples Nacional se reúne nesta quarta-feira e deve adiar por três meses o pagamento de impostos do regime tributário para micro e pequenas empresas por causa do agravamento da crise econômica causada pelas medidas de contenção da covid-19. A medida valeria para as receitas geradas entre março e maio e teria impacto de cerca de R\$ 25 bilhões.

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) enviou nesta terça-feira ofício ao secretário da Receita, José Tostes Neto, que preside o comitê, informando que, dada a gravidade do momento, aceita o adiamento dos tributos municipais. A medida já vigorou no começo do ano passado, mas o governo federal tentou replicá-la no segundo semestre e não teve apoio dos prefeitos, que entenderam que a crise tinha diminuído.

Agora, com uma nova onda de contaminação e medidas de restrição ao funcionamento do comércio, serviços e indústria, os prefeitos das capitais resolveram apoiar a postergação do pagamento do Simples. “Entende-se que é preciso agora o Poder Público entregar contrapartidas para a iniciativa privada, por questão de sobrevivência”, afirma o ofício assinado pelo presidente da Abrasf e secretário municipal de Finanças de Curitiba, Vitor Puppi.

A prorrogação dos pagamentos recebeu apoio do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz) no dia 16 de março. No ofício a Tostes, os Estados dizem que a pandemia está se mostrando mais contundente que em 2020 e sugerem a postergação dos pagamentos do Simples para aliviar o caixa das micro e pequenas empresas.

O calendário proposto pelo presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles, sugere que os impostos apurados em março, com pagamento em 20 de abril, tenham a data de vencimento postergada para 20 de julho.

Os impostos com prazo de pagamento até 20 de maio seriam adiados para 20 de agosto e os de 20 de junho, para 20 de setembro. Esse cronograma, contudo, ainda tem que ser aprovado e poderia ser modificado na reunião de quarta-feira.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em conversas reservadas, indicou que apoiaria a medida, mas ao Valor afirmou, por meio de sua assessoria, que ainda não tinha até o fim da tarde desta terça-feira uma posição formada.

Apesar do aval, as capitais destacaram no documento a cobrança por mais recursos do governo federal para enfrentar a crise econômica e a pandemia. No ano passado, a postergação dos pagamentos do Simples foi atrelada ao repasse de verbas para ajudar no combate a covid-19. “Este ano tem sido muito mais difícil e precisamos de recursos não só para saúde, mas também para transporte público e assistência social”, destacou Puppi.

A postergação deve significar um alívio no caixa das micro e pequenas empresas. Com base na arrecadação do Simples de 2019, a estimativa é adiar o pagamento de cerca de R\$ 25 bilhões em tributos - que são compartilhados entre a União, Estados e municípios, como imposto de renda, IPI, ICMS e ISS.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

Tribuna

Situação na saúde deve melhorar em 10 dias

Medidas mais duras fizeram a fila de espera por uma vaga na UTI diminuir em Salvador

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Desde o dia 26 de fevereiro, quando governo e estado começaram a adotar medidas mais restritivas, chegando até ao toque de recolher a partir das 20 horas e posteriormente ampliado para às 18 horas, além do fechamento de estabelecimentos de atividades não essenciais com a finalidade de amenizar a pandemia do coronavírus em todo o estado, o cenário tem mudado bastante. O número de pacientes que aguardam regulação, que chegou a 513 entre 12 e 13 de março, já oscilou para 243 a 180 no dia de ontem, terça (23). A taxa de ocupação também oscilou

entre 86% e 87%.

"A fila da regulação tem diminuído, são números que têm chamado a nossa atenção positivamente. Reflexo dos decretos e ações que vêm sendo tomadas pelo governo em conjunto com as prefeituras. Ontem, terça (23), 243 pessoas amanheceram aguardando vagas de UTI, mas a taxa varia durante o dia. As regiões sudoeste leste e sul são as de maior demanda", informou a subsecretária de saúde da Bahia Tereza Paim.

O secretário de Saúde de Salvador, Leo Prates, disse que o número de solicitações para transferência de pacientes com Covid-19 para leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em Salvador diminuiu em relação aos últimos dias. Ele



Foto: Romildo de Jesus

REGULAÇÃO 62 pessoas aguardavam por uma vaga em UTI ontem de manhã, na capital baiana

disse que ontem 62 pessoas amanheceram no aguardo de leitos na capital baiana. O número na última segunda-feira (22) era 99.

Prates também destacou, "chegamos a patamares do pico da primeira onda, e hoje (ontem), chegamos a metade do que tivemos na primeira onda. O indicador

ainda é muito duro, estamos trabalhando até zerar fila. Temos 87% de taxa de ocupação leito de UTI. O que nos interessa é conseguir vagar leitos de UTI e leitos clínicos. Ontem (segunda) regulamos 99 pessoas, acredito que nos próximos oito a dez dias, a gente consiga sentir um reflexo na

rede hospitalar de Salvador das medidas de restrição".

Ainda segundo Prates, "a capital baiana chegou a ter 149 solicitações de regulação para leitos de UTI há cerca de 20 dias, foi a quinta-feira mais difícil da minha vida, 149 solicitações de regulação. Nós rapidamente colocamos poltronas nos corredores da UPA, macas, respiradores que sustentam só um cilindro de oxigênio para que todos tivessem atendimento, com receio do que pudesse vir a acontecer".

A expectativa é de que Salvador consiga ter o sistema de saúde aliviado dentro de oito a 10 dias. "A rede hospitalar privada também teve problemas, então em determinado momento, o sistema de saúde perdeu o complemento, um suplemento, como alguns chamam, importante da rede pública e agora com essa diminuição, a gente espera voltar a contar com a participação efetiva do sistema privado no atendimento da população", diz Leo.

O infectologista Adriano

Oliveira analisou que "as medidas para evitar o contágio são amplamente conhecidas: manter a higiene das mãos, usar máscaras e evitar qualquer pessoa que não obedeça essas três regras. Se nada der certo, o remédio é muito amargo, mas necessário: o lockdown. Eu acho um recurso último a ser usado em situação adversa, estamos nessa situação infelizmente. Só experimentamos esse remédio porque não tomamos cuidados para adquirir a doença. Paciência, agora estamos arcando com as consequências daquilo que coletivamente plantamos".

A infectologista da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Adielma Nizarala, avalia que "a reclusão é a única forma eficiente para diminuir o número de casos em curto prazo e evitar a propagação da doença. Adotar a reclusão, só sair realmente quando for necessário e jamais deixar de fazer uso da máscara são as únicas formas de barrar a evolução da doença. Só assim vamos conseguir melhorar".

Tribuna

Doses da esperança: Bahia passa de um milhão de imunizados

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

Em meio às tristes notícias de vidas perdidas diariamente pra o novo coronavírus na Bahia, um número mostra a luz no fim do túnel: o estado bateu a marca de 1 milhão de imunizados contra a doença, se colocando no terceiro lugar do país no número de doses aplicadas. São precisamente 1.032.464 baianos e baianas que receberam ao menos a primeira dose das vacinas Coronavac e Oxford/AstraZeneca. "Essa é uma vitória da união do governo estadual, das prefeituras municipais e do povo da nossa terra, que ordeiramente vacinou-se", celebra o chefe da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) Fábio Vilas-Boas. O estado zerou a taxa de abandono,

que acontece quando o cidadão toma apenas a primeira dose de uma vacina. Além de Salvador, que vacinou 245.507 pessoas, as cidades que mais imunizaram foram Feira de Santana (46.277 doses), Vitória da Conquista (21.669), Ilhéus (16.251) e Juazeiro (12.679). Com mais pessoas protegidas, a expectativa é de que os índices de ocupação dos leitos de UTI caiam no Estado, como espera Vilas-Boas. "Só o fato de não ter subido já é motivo para nós comemorarmos. Se não fossem as medidas de distanciamento, e os leitos que nós abrimos todos os dias em toda a Bahia, este número já teria há muito tempo passado os 100%". A ocupação atual das UTIs é de 86%, segundo informações da Sesab.

MAIS VACINAS

O prefeito de Salvador

Bruno Reis juntou-se a outros gestores para formar o consórcio Conectar (Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras) durante assembleia virtual realizada nesta segunda-feira (22). A capital baiana é um dos 1.731 municípios que entram na estratégia, que servirá para facilitar a compra direta dos imunizantes contra a covid-19. Com a mobilização, o Ministério da Saúde passou a orientar que 90% remessas de vacinas recebidas pelas prefeituras sejam totalmente destinadas à 1ª dose, deixando os 10% restantes para a dose de reforço. Para Bruno, o melhor a ser feito é investir na compra das vacinas. "É muito melhor comprar vacinas do que, como no caso de Salvador, instalar 286 leitos de UTI exclusivos da Prefeitura, pagar um auxílio mensal de R\$270 para 23 mil pessoas desde o início da



Foto: Romildo de Jesus

VACINAÇÃO

Idosos a partir de 70 anos começam a ser vacinados

pandemia; distribuição de quase 200 mil cestas básicas, sendo que cada cesta custa duas doses de vacina. Mesmo diante do sacrifício que os municípios estão vivendo, com aumento expressivo no custeio no enfrentamento à pandemia, consideramos a compra da vacina uma prioridade e por isso Salvador resolveu fazer parte do consórcio", explicou o gestor. O Governo do Estado se mobilizou para adquirir a vacina russa Sputnik V e receberá 9,7 milhões de doses a partir de abril, mediante autorização da Anvisa. "Pretendemos avançar rapidamente, vacinando mais de quatro milhões de pessoas com as doses adquiridas", comentou Fábio Vilas-Boas.

A FILA ANDA

Nesta semana, a expectativa é continuar imunizando idosos de 70 e 71 anos, e oito categorias de trabalhadores da área da saúde: são médicos, enfermeiros, odontólogos, fisioterapeutas, técnicos de saúde bucal, auxiliares e técnicos de enfermagem, doulas e cuidadores. No final de semana, a prefeitura começa a entrar na maior faixa de idosos em Salvador, vacinando pessoas com 69 anos de idade. São 173.191 cidadãos entre os 60 e 69 anos aguardando sua vez de tomar a vacina. "A Prefeitura organizou equipe e estrutura para receber as doses, porém a quantidade que recebemos não é suficiente para vacinarmos

todos ao mesmo tempo", justifica o secretário de saúde de Salvador Leo Prates. "A partir da chegada de novas doses, vamos ampliar o público". Depois dos primeiros grupos, a meta é vacinar pessoas com comorbidades, o que não foi feito por conta do desenho do Plano de Imunização Nacional feito pelo Ministério da Saúde. "A gente depende das orientações do ministério e da Comissão Intergestores Bipartite (CIB-BA) para a determinação dos públicos habilitados para a vacinação", contou o prefeito Bruno Reis.

Para receber a imunização, o cidadão interessado deve acessar o site da Secretaria Municipal de Saúde (www.saude.salvador.ba.gov.br) e verificar se seu nome está na lista de vacinação; lá, ele poderá ver a lista completa de locais de aplicação específicos para cada público. No dia, os idosos devem levar documento com foto e cartão de vacinação. Profissionais da saúde devem levar carteira do conselho de classe e documentos que comprovem sua atuação, além da identificação e do cartão de vacinas. Os idosos acamados ou com dificuldades de locomoção podem ser cadastrados no site Vacina Express para receber a dose em casa; para a segunda dose, basta esperar a data de retorno marcada pela equipe de saúde, sem necessidade de novo cadastro.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 23/03/21	



ENTIDADES VÃO AO STF CONTRA DETALHAR PREÇO DE COMBUSTÍVEIS



admin 23 Março, 2021

Um mandado de segurança foi ingressado no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) com o apoio do Sindicombustíveis Bahia, que representa os donos de postos de gasolina no estado.

As entidades pedem a suspensão do decreto que obriga postos a informar em painel composição do preço do combustível. O presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, entende que a maioria das informações exigidas no painel não está acessível ao posto revendedor. “Mais uma vez estão criando obrigações para o revendedor, esquecendo dos demais elos da cadeia de comercialização dos combustíveis, inclusive, das distribuidoras, que possuem os dados e deveriam ser as responsáveis por fornecer grande parte das informações exigida pelo decreto”, disse.

Além da dificuldade de informações para cumprir o decreto, que entra em vigor a partir desta quinta-feira (25), segundo a categoria as gráficas estão fechadas em cumprimento às medidas restritivas que permitem somente a abertura de serviços essenciais, em muitas cidades brasileiras.

O decreto aponta que os consumidores têm o direito de saber de forma clara os custos da formação dos preços dos combustíveis em todo o território nacional e, por isso, os postos devem informar seus clientes. A norma foi publicada nesta terça-feira, 23, no Diário Oficial da União (DOU) e entrará em vigor em 30 dias.

O decreto também disciplina o modo de apresentação dos preços em casos de concessão de descontos por meio de aplicativos de fidelização. Os preços devem ser apresentados da seguinte maneira:

- o preço real, de forma destacada;
- o preço promocional, vinculado ao uso do aplicativo de fidelização;
- o valor do desconto.

Os postos também ficam obrigados a informar os valores dos tributos que incidem sobre o combustível por meio de painel afixado em local visível.

Foto: Tatiana Fortes/ O Povo

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 23/03/21	



PIORA DA ECONOMIA E JUROS ALTOS DEVEM DIMINUIR CRÉDITO



admin 23 Março, 2021

A elevação da taxa básica de juros (Selic) e a possível piora de indicadores econômicos, com novas rodadas de medidas de isolamento em razão do agravamento da pandemia de Covid-19, devem tornar o mercado de crédito mais restritivo ao longo deste ano. Nesse contexto, segundo economistas consultados pela Folha de S.Paulo, os empréstimos vão custar mais caro e os bancos ficarão menos dispostos a conceder financiamentos. Isso ocorre quando a economia vai mal, porque os riscos de calote aumentam.

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou a Selic em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, na quarta-feira (17), decisão acima das expectativas do mercado. Os juros estavam em seu menor patamar desde agosto do ano passado, a 2% ao ano, como resposta à crise. “O prolongamento da pandemia e agora o aprofundamento vão bater na economia, e março e abril vão ser muito ruins. O crédito ficará mais caro não só pelo aumento da taxa básica, mas pela percepção de que pessoas e empresas não conseguirão honrar seus compromissos”, avalia o economista-chefe da JF Trust Investimentos, Eduardo Velho.

“Os bancos vão ficar bem mais cautelosos e a própria demanda por crédito pode cair”, aposta o analista. Para ele, o volume de empréstimos pode recuar em 2021. “Com certeza deve haver uma desaceleração, e é possível que haja inclusive queda”, diz. Além disso, apesar dos programas emergenciais de crédito que vêm sendo discutidos, o espaço fiscal é menor e, agora, essas linhas devem ser menos expressivas. Mesmo diante da pior crise econômica da história

recente, o mercado de crédito cresceu 15,5% no ano passado, o que não deve se repetir neste ano. Os empréstimos foram impulsionados por um conjunto de fatores, como os menores juros da história, pacotes de estímulos do governo e afrouxo regulatório.

Dados do BC mostram que o ritmo de concessões de novos créditos já diminuiu. Nos meses mais críticos da crise, como abril e maio, as concessões tiveram queda expressiva. Depois, com medidas de incentivo do governo e da autoridade monetária, chegaram a crescer 9,4% em julho. Em novembro, o total de novos empréstimos subiu 1,4%, e em dezembro caiu 9,8%. Em janeiro deste ano, houve elevação de 1,9%. A última previsão do BC para crescimento da carteira de crédito do sistema financeiro foi de 7,8% para 2021. A estimativa foi publicada no último relatório trimestral de inflação, em dezembro.

A autoridade monetária deverá revisar o número na quinta-feira (25), quando será publicado novo relatório. Rafael Schiozer, professor de finanças da FGV (Fundação Getúlio Vargas), avalia que a projeção da autarquia virá menor dessa vez. “Não acredito que o mercado de crédito terá desaceleração tão drástica, mas também não vai se expandir tanto. Acredito que deva ter crescimento real [descontando a inflação] zero, o que seria uma taxa de 4% a 5%”, aponta.

Para ele, a tendência é que o BC não repita as medidas que tomou no início da pandemia, com liberação de capital e de liquidez para os bancos. Liquidez é a quantidade de recursos disponíveis nas instituições financeiras. Quanto mais dinheiro em caixa, maior a possibilidade de aumentarem a concessão de crédito. “Não há falta de liquidez nos bancos e seria contraditório aumentar a Selic [para reduzir o estímulo na economia] e liberar recursos no sistema financeiro. O que vai se reduzir é o apetite das instituições na hora de emprestar”, destaca.

O BC divulga uma pesquisa trimestral que mede o nível de apetite dos bancos para conceder crédito. O levantamento é medido em escala que vai de -2 a 2. Números negativos indicam baixa oferta e positivos, alta. Mesmo com as medidas de enfrentamento à pandemia, com linhas subsidiadas pelo governo direcionadas às micro e pequenas empresas, nos segundo e terceiro trimestres de 2020 os números foram negativos para o segmento, -0,53 e -0,17 respectivamente. Nos seis trimestres anteriores o dado tinha sido positivo.

O economista-chefe da consultoria Análise Econômica, André Galhardo, avalia que mesmo que haja expansão no estoque de crédito, não serão em linhas voltadas para o investimento, mas ligadas ao aperto financeiro do brasileiro e das empresas. “Mesmo com os juros mais altos, as pessoas vão precisar tomar empréstimos para consumo de produtos básicos, o que é ruim, porque reflete a queda da renda e o nível de desemprego. Esse tipo de crescimento não é bom”, diz.

Segundo Galhardo, o spread -diferença entre a taxa de captação dos bancos e o que eles cobram em empréstimos- ainda é um problema no país, mesmo com a queda dos juros nos últimos anos, por causa do alto nível de concentração bancária. “Mais de 80% do crédito está concentrado na mão dos cinco maiores bancos”, pondera. O presidente da corretora Wiz, Heverton Peixoto, diz que o mercado permanecerá em crescimento e que esta é uma oportunidade para que novos entrantes (fintechs e bancos digitais) ampliem sua atuação. Para

ele, a mudança é temporária e não estrutural. “É um movimento [de ingresso de novas instituições e crescimento do crédito] que vai permanecer nos próximos anos”, diz.

Veículo: Política Livre	
Data: 24.03.2021	Caderno: Economia



‘Vou tomar uma decisão junto os prefeitos até sexta ou sábado’, diz Rui sobre antecipação de feriados

BAHIA

O governador Rui Costa (PT) declarou, em entrevista à TV Bahia na manhã desta quarta-feira (24), que deverá decidir entre sexta (25) e sábado (26) se irá antecipar ou não feriados, como, por exemplo, o São João para aumentar o isolamento social.

“Não tomamos ainda essa decisão. Estamos reunidos com prefeitos da região. Agora, logo cedo, vou me reunir com a região de Paulo Afonso. Estamos avaliando com os prefeitos e vou tomar uma decisão junto com eles até sexta ou sábado”, disse o petista.

Especula-se a antecipação dos feriados de Corpus Christi (3 de junho), São João (24 de junho), Independência da Bahia (2 de julho) e Dia de Nossa Senhora da Conceição da Praia (8 de dezembro) para que sejam inseridos junto com a Semana Santa.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 24.03.2021	Caderno: Economia



A inconstitucional exigência de juros pelos Estados e municípios

João Marcos Colussi e Ricardo Cosentino*

24 de março de 2021 | 07h30

A Constituição Federal, em seu artigo 24, I, atribui à União, aos Estados e ao Distrito Federal, a competência para legislar sobre “direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico”. Observada essa disposição, a União estabeleceu a Taxa Selic para fins de correção de seu crédito tributário.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF), quando do julgamento da ADI nº 442, decidiu que o poder conferido aos entes políticos para legislar a respeito da atualização de créditos tributários é limitado, de sorte que estão proibidos de fixar índices que superem aqueles adotados pela União para o mesmo fim; quando muito podem adotar índices menores.

Fixada esta premissa, jamais caberia a qualquer Estado ou Município estabelecer critérios de atualização dos seus créditos tributários em patamares superiores àqueles definidos pela União – Taxa SELIC.

Aliás, em 2019, o STF teve a oportunidade de reafirmar sua remansosa jurisprudência nesse sentido em sede de julgamento de recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral – ARE nº 1.216.078, de forma a vincular todo o Poder Judiciário e a Administração.

Contudo, em que pesem as claras, definitivas e vinculantes manifestações do STF e de outros órgãos do Poder Judiciário, continuamos a nos deparar, hoje em dia, com Estados e Municípios insistindo em contrariar os critérios firmados pelo STF.

Para nos situarmos, citemos o exemplo de um município de Santa Catarina que, ao aplicar os índices de correção monetária e juros previstos em sua legislação, majorou uma exigência de ISS em 52,21%, quando a aplicação da SELIC, no mesmo período – janeiro de 2019 a dezembro de 2020 –, resultaria numa recomposição da ordem de 8,51%. Uma diferença superior a 600%!

E esse não é um caso isolado: entre os estados, o Acre, Amapá, Espírito Santo, Pará e Roraima adotam índices muito superiores à taxa SELIC.

Os Municípios do Rio de Janeiro e São Paulo exigem a título de juros de mora a variação do IPCA, mais 1% ao mês, o que monta cerca de 16,5% ao ano de juros contra 2,5%, se considerado o critério definido pelo STF.

No Estado de São Paulo, o Tribunal de Impostos e Taxas continua a aplicar os juros calculados em patamares superiores aos limites fixados pela União, relativamente a períodos anteriores a 2017, ignorando olímpicamente a decisão do STF.

Fato é que o não acatamento do precedente do STF viola o dever de boa administração, causando um concreto risco de lesão ao patrimônio público, na medida em que os estados e municípios enfrentarão a condenação em honorários de sucumbência, além de abarrotar os tribunais com milhares de processos cujo mérito já foi definitivamente apreciado pelo STF. Vale lembrar que a exigência de tributo indevido é crime tipificado no artigo 316 do Código Penal Brasileiro e sua prática resulta na condenação pessoal do agente público que assim procede.

***João Marcos Colussi e Ricardo Cosentino são, respectivamente, sócio e advogado do escritório Mattos Filho**

Comissão marca votação do Orçamento, que prevê aumento só para militar

Projeto gera questionamentos por ter contas subestimadas, o que reduz artificialmente os gastos e forçará governo a cortar verbas

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA A Comissão Mista de Orçamento do Congresso marcou para esta quarta-feira (24) a votação do relatório do Orçamento de 2021. Inicialmente, o cronograma do colegiado previa para esta terça-feira (23) a votação do texto, que, entre outros pontos, libera aumento de remuneração para militares, enquanto servidores civis estão com salários congelados.

O relatório foi alvo de questionamentos por trazer parâmetros econômicos defasados, o que reduziu artificialmente os gastos do governo. Se o Orçamento for aprovado nesse formato, técnicos afirmam que o governo será obrigado a fazer cortes em verbas de ministérios.

A votação foi remarcada para esta quarta-feira para respeitar o prazo de dois dias para que o relatório final pudesse ser apreciado pelos membros da comissão — o parecer foi apresentado no fim da noite de domingo (21).

Nesta terça, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a expectativa é que o Congresso comece a votar o Orçamento nesta quinta (25).

Na CMO, a votação deve levar dois dias. Na quinta, o texto seria levado ao plenário do Congresso, para que o Orçamento seja finalizado nesta semana ainda.

Em relação à remuneração dos militares, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), manteve em seu parecer a previsão de reajustes. Os aumentos são parte de um acordo feito pelo governo para aprovar em 2020 uma espécie de reforma da Previdência das Forças Armadas.

Os aumentos serão concedidos de forma parcelada até 2023. Só neste ano, enquanto o governo lida com o Orçamento apertado e restringe gastos para a mitigação da pandemia da Covid-19, o custo dos reajustes dos militares é estimado em R\$ 7,1 bilhões.

Em 2020, ao liberar um pacote de socorro a estados e municípios, o governo nego-

ciou com o Congresso a aprovação de um congelamento salarial de servidores. A medida, que tem validade até dezembro, não alcança os militares.

O consultor de Orçamentos do Senado Vinícius Amaral questiona o benefício aos militares e afirma que o governo não dá oportunidade para que o Congresso avalie a necessidade do gasto. Segundo ele, o reajuste não aparece no anexo da proposta destinado a destacar custos dos aumentos salariais de servidores.

“Essa conta já veio lançada [pelo governo] nas despesas obrigatórias, ela não vem sequer como uma despesa a ser avaliada pelo Congresso, para decidir se ela será ou não implementada. No meu entendimento, isso contraria a Constituição”, afirmou.

Mantido o teor do relatório, os militares também devem ficar com parcela relevante dos investimentos do governo em 2021. Cerca de R\$ 8,3 bilhões foram reservados para o Ministério da Defesa com essa finalidade. O montante equivale a 22% dos R\$ 37,6 bilhões previstos para investimentos em todo o governo.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), membro da CMO, critica a decisão de dedicar verba ao aumento de militares no parecer de Bittar.

“A proposta orçamentária está muito aquém das necessidades do país nas áreas sociais”, afirmou. “Além disso, chama-nos a atenção que o governo proponha a possibilidade de reajuste do salário dos membros das Forças Armadas no momento em que todo o restante do funcionalismo está com os salários congelados, inclusive da base das polícias. Mais uma vez prioriza o Ministério da Defesa em detrimento das demais áreas.”

O deputado Vinícius Poit (SP), líder do Novo na Câmara, diz que não é possível reverter o aumento aos militares. “O que poderia e deveria ser feito é mudar a lei que concede esse aumento”, afirma.

“Estamos vivendo, agora, a consequência da escolha do governo de privilegiar essa categoria. Em plena pande-

“

Em plena pandemia, com milhões de pessoas perdendo emprego e renda, vendo seus salários congelados, os militares permanecem no paraíso do privilégio de aumento salarial. Enquanto isso, o resto da sociedade amarga a pior crise vivida pelo país nos últimos anos

Vinícius Poit (SP)
líder do Novo na Câmara

mia, com milhões de pessoas perdendo emprego e renda, vendo seus salários congelados, os militares permanecem no paraíso do privilégio de aumento salarial. Enquanto isso, o resto da sociedade amarga a pior crise vivida pelo país nos últimos anos.”

Para a elaboração do relatório, Bittar deixou uma defasagem nas contas. De acordo com o consultor de Orçamento da Câmara Ricardo Volpe, parte da responsabilidade pelo problema é do governo, que deveria ter enviado uma mensagem atualizando parâmetros para a proposta.

“Caberia mais o Executivo ter buscado resolver um problema desse tamanho por uma mensagem modificativa do que o Congresso resolver. Os ajustes que o Congresso porventura fizesse reduzindo despesas, além do desgaste político, poderiam não atender à real necessidade do governo e atrasar mais a aprovação do Orçamento”, disse.

Segundo ele, os parâmetros econômicos foram atualizados na parte das receitas, elevando a projeção de arrecadação para o ano. Por outro lado, o relator optou por apresentar o texto sem fazer a atualização para as despesas. Isso fez com que o gasto do governo ficasse subestimado, sem incorporar o efeito do aumento do salário mínimo em benefícios previdenciários, abono salarial e programas assistenciais.

Na prática, quando o Congresso aprovar o Orçamento, o governo será forçado a realinhar as contas e fazer cortes de gastos em ministérios.

Para o consultor, o governo terá que fazer um contingenciamento a curto prazo. Depois precisará encontrar medidas para abrir espaço no teto de gastos, regra que limita as despesas do governo à variação da inflação.

Uma das medidas já estudadas é transferir ao empregador a responsabilidade pelo pagamento do auxílio-doença, hoje bancado pelo INSS. No entanto, a medida depende de aval do Congresso e sofre com resistência política.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineisa@grupofolha.com.br

Emergência

Preocupados com a piora da pandemia, supermercados reunidos na Apas (associação do setor em SP) criaram novos protocolos para tentar elevar a segurança dos consumidores nas compras. A entidade começou a distribuir as novas orientações aos varejistas nesta semana. Para evitar aglomeração, a partir de agora, passou a recomendar que o acesso às lojas seja controlado com o limite máximo de um cliente a cada 15 metros quadrados. Antes, era um cliente a cada 12 m².

CONSCIENTIZAÇÃO Segundo a Apas, que reúne redes como Carrefour, Pão de Açúcar e Grupo Big, os varejistas também devem disponibilizar um funcionário para orientar os clientes sobre o uso correto de máscaras durante as compras e oferecer álcool em gel.

ALERTA A entidade afirma que os protocolos de segurança do setor de supermercados já foram atualizados oito vezes desde o início da pandemia e novas medidas ainda podem ser adotadas.

ALÔ Os padrões de segurança são apenas uma orientação da Apas aos associados. Não há punição para os estabelecimentos que descumprirem. Também não foi criado um canal para os consumidores denunciarem os supermercados que não respeitarem.

DIÁE NOITE O Seac-SP (que reúne as empresas de limpeza e portaria de SP) fechou acordo com o sindicato dos trabalhadores para continuar pagando os feriados nas datas originais em vez de seguir a remuneração de horas extras pelo novo calendário de antecipação determinado por prefeitos como Bruno Covas, na capital, e outros sete do ABC, na tentativa de conter a Covid-19.

TURNO O setor foi um dos mais afetados pela mudança nas datas, porque os feriados acabaram todos concentrados, pressionando o custo da folha de pagamentos para o mês, segundo o Seac.

FUTURO Se algum funcionário trabalhar agora, mas tiver rescisão do contrato antes do fim dos feriados originais, a diferença será paga na homologação. O Sindusfarma, da indústria farmacêutica, negociou acordo semelhante.

LADEIRA A confiança do consumidor paulista em relação à economia chegou a 71 pontos em março, pior resultado desde o início da pandemia, segundo a ACSF (Associação Comercial de São Paulo). Em fevereiro de 2020, o índice era de 102 pontos. Na comparação com o mês passado, a queda é de 7 pontos. E a tendência é piorar, segundo Marcel Solimeo, economista da entidade. O indicador varia de 0 a 200.

NERVOS... Em reunião com Carlos da Costa, secretário de Produtividade do Ministério da Economia, nesta terça-feira (23), o setor da construção voltou a pedir para o governo reduzir o imposto sobre a importação do aço, cujo preço vem pesando.

...DEAÇO ACBIC (Câmara Brasileira da Construção) insiste que a solução é dar um choque de oferta. Para sustentar a argumentação, mostrou levantamento que fez na semana passada com 206 empresas do setor no país, em que 84% delas relataram desabastecimento do aço em suas regiões.

MOCHILA A Rappi anuncia nesta quarta (24) a redução das taxas que cobra dos restaurantes. A medida resulta de um acordo com a Abrasel e a ANR, associações representantes de bares e restaurantes que vinham pressionando por melhores condições para ajudar os estabelecimentos na pandemia.

BICICLETA A partir do início de abril, até o final do ano, o texto para as comissões recebidas pelo aplicativo ficará em 5% quando as entregas forem feitas pelo próprio resturante. Nos casos em que elas ficam sob responsabilidade da empresa, serão de no máximo 18% até o final do semestre.

CALCULADORA A Rappi não revela quanto cobra em média dos restaurantes, mas diz que, em muitos casos, o desconto vai reduzir a taxa em 50%. As negociações são caso a caso.

MESA Dono de redes de co-working como Regus e Spaces, o grupo IWC começa a vender franquias para se expandir no Brasil. Com 70 unidades próprias hoje, espera abrir 20 novas em cinco anos. Para a empresa, o avanço do home office pulveriza a demanda por infraestrutura de escritórios fora dos grande centros urbanos. Os franqueados terão de fornecer o imóvel, alugado ou próprio, para as instalações.

PRATO A Fazenda Futuro, fabricante dos hambúrgueres veganos que imitam carne, vai lançar uma versão do bacon vegano para responder à ainda crescente demanda do mercado por similares.

Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 2021

Bernardo Caram

BRASÍLIA Na primeira avaliação formal de gastos públicos feita neste ano, o Ministério da Economia concluiu que as contas de 2021 estão estourando o limite do teto de gastos em cerca de R\$ 17,6 bilhões.

As despesas até fevereiro e a projeção do valor previsto até o encerramento do ano indicam que o governo precisará cortar gastos para não desrespeitar a regra fiscal.

O teto de gastos limita o crescimento de despesas públicas à variação da inflação, com algumas exceções. A regra foi criada em 2016 com o objetivo de travar a trajetória de alta das despesas públicas.

Como o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado pelo Congresso, a análise da pasta compara as projeções atuais com os valores previstos pelo Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual), enviado ao Legislativo em agosto de 2020. O texto do Ploa trazia mar-

gem zero em relação ao teto. Isso significa que qualquer ampliação nas previsões de gastos sujeitos à essa norma levaria a um desequilíbrio.

De acordo com um integrante da pasta, a pressão sobre o teto foi influenciada, principalmente, pelo reajuste do salário mínimo e a variação do INPC, que impactam custos do governo com benefícios.

Agora, no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o Ministério da Economia estima que haverá R\$ 8,5 bilhões a mais de gastos com a conta da Previdência.

Um descompasso nas regras fiscais ampliou a pressão. Isso porque o ajuste no limite do teto em 2021 levou em conta a inflação apurada até junho do ano passado, que ficou em nível baixo. O salário mínimo e benefícios previdenciários, por sua vez, foram ajustados com base em um índice de preços apurado em dezembro, quando a inflação já havia acelerado. Isso fará os gas-

R\$ 247,1 bilhões

é a meta de déficit primário em 2021

tos crescerem mais que o teto. Para se adequar à norma, o governo não precisa cortar despesas já. O ajuste pode ser feito ao longo do ano.

Se os limites estão estourando em relação ao teto, a avaliação da pasta mostra que a meta fiscal ganhou uma folga. A meta fiscal é o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros.

Esse compromisso para 2021 foi estipulado em um déficit de R\$ 247,1 bilhões. Ao recalcular as projeções, o ministério agora estima que foi aberta uma margem de R\$ 20,9 bilhões em relação à meta.

Aberturas de verba a mais reestimativa das receitas líquidas, que devem ficar R\$ 61,8 bilhões acima do previsto. As despesas, por sua vez, devem crescer em menor intensidade, em R\$ 54,5 bilhões.

com Filipe Oliveira e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS

Mar., em % ao mês

7,73	8,00	7,89
------	------	------

Fonte: Procon-SP

CHEQUE ESPECIAL

De 2.826,66	até 3.751,05	15
De 3.751,06	até 4.666,68	22,5

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março

Autônomo, empregador e facultativo	
Valor min.	R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
Valor máx.	R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

Quilômetro que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 1,1% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do salário nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 15 abr.

MEI (Microempreendedor)

Valor min.	R\$ 1.100 5% R\$ 55,00
------------	------------------------

Assalariado

Alíquota	7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48	9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22	12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57	14%

O prazo para recálculo das contribuições do empregado vence em 20abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota	Dezidir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99	até 2.826,65	7,5
De 2.826,66	até 3.751,05	15
De 3.751,06	até 4.666,68	22,5
Acima de 4.666,68		27,5

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.352,48	Valor, em R\$
Empregada	96,22
Empregador	250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% sobre o FCGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do empregado pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

Veículo: G1	Economia
Data: 23/03/2021	



Alta no preço do petróleo motiva reajuste das bandeiras tarifárias, diz Aneel

Agência aprovou nesta terça (23) abertura de audiência para tratar de revisão de valores. Proposta é que faixa amarela fique mais barata e, faixas vermelhas, mais caras.

Por G1 — Brasília

23/03/2021 16h45 Atualizado há 17 horas

A alta no valor do petróleo verificada nos últimos meses é o principal fator que motivou a decisão de propor o **reajuste nos valores das bandeiras tarifárias**, informou nesta terça-feira (23) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Mais cedo nesta terça, a Aneel aprovou a abertura de uma audiência pública para discutir a sua proposta de reajuste nos valores das faixas do sistema de bandeiras tarifárias. Esse sistema aplica uma cobrança extra nas contas de luz sempre que aumenta o custo de produção de energia no país.

A informação de que **a agência havia iniciado as discussões sobre o revisão das bandeiras tarifárias** foi divulgada na segunda (22) pelo G1.

Depois de passar por consulta pública, a diretoria da Aneel voltará a analisar o assunto e aprovará uma proposta final para o reajuste das faixas.

A Aneel propõem uma redução para a faixa amarela e aumento para as duas faixas vermelhas do sistema:

- Bandeira tarifária amarela: passaria de R\$ 1,343 para R\$ 0,996 a cada 100 quilowatts-hora (kWh).
- Bandeira tarifaria vermelha 1: passaria de R\$ 4,169 para R\$ 4,599 a cada 100 kWh (alta de 10,31%).
- Bandeira vermelha 2: passaria de R\$ 6,243 para R\$ 7,571 a cada 100 kWh (alta de 21,27%).

Termelétricas

Segundo a agência, o reajuste das bandeiras vermelhas está relacionado principalmente com a alta no valor do petróleo. Esse reflexo se deve ao fato de que parte das usinas termelétricas em operação no país usa combustíveis derivados do petróleo, como o óleo diesel, para gerar energia.

De acordo com a Tendências Consultoria, o preço do barril do petróleo tipo Brent passou de US\$ 40,46, em outubro de 2020, para US\$ 61,96, em fevereiro. **Neste terça, era negociado a US\$ 62,05.** Além disso, o preço do petróleo é cotado em dólar. A moeda norte-americana **fechou o ano de 2020 com valorização de 29% em relação ao real**, cotado a R\$ 5,1872. Nesta terça, por volta das 16h30, o dólar estava cotado a R\$ 5,513.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 justamente para cobrir custos extras com o aumento do uso de termelétricas, usinas que geram energia mais cara.

O uso de termelétricas aumenta quando há **falta de chuvas** e o governo precisa reduzir a geração de energia pelas hidrelétricas para poupar água dos reservatórios.

A Aneel revê, anualmente, os valores das bandeiras tarifárias levando em consideração o custo para a geração de energia.

Impacto menor

Relator da proposta de reajuste das faixas das bandeiras tarifárias, o diretor da Aneel Sandoval Feitosa afirmou que, apesar da alta nas bandeiras vermelhas, o impacto do reajuste nas tarifas dos consumidores deve ser menor porque a bandeira amarela ficará mais barata.

“A frequência de acionamentos desses patamares [bandeiras vermelhas] tende a ser menor, com consequentes impactos inferiores na tarifa sob a perspectiva estrutural”, disse.

Em 2020, por causa da pandemia da Covid-19, o sistema de bandeiras ficou suspenso de junho a novembro. Nos meses em que vigorou, ela ficou em amarelo durante um mês e em vermelho patamar 2 em outro. Já em 2019, foram quatro meses com bandeira amarela e três meses de bandeira vermelha patamar 1.

O sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo de geração de energia. Com os reservatórios baixos, a perspectiva é de alta no custo da energia já que exige o acionamento de mais térmicas, que geram energia mais cara. O objetivo é informar aos consumidores quando esse custo aumenta e permitir que eles reduzam o uso para evitar pagar uma conta de luz mais cara.

Os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por mais da metade da capacidade de geração de energia do país, chegaram ao final de janeiro de 2021 **no nível mais baixo para o mês desde 2015.**

Por causa disso, a quantidade de energia gerada por usinas termelétricas em janeiro **foi a maior para o mês desde 2015** e a segunda maior para o mês desde o início da série histórica do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que começa em 1999 — somente abaixo do resultado de 2015.

A proposta da Aneel ficará em consulta pública entre o dia 24 de março e 7 de maio.

Veículo: G1	Economia
Data: 23/03/2021	



Governo indica bloqueio de R\$ 17,5 bilhões no Orçamento 2021 para cumprir teto; economistas veem risco a serviços públicos

Ajuste levará limite de gastos não obrigatórios para cerca de R\$ 94 bilhões, incluindo emendas parlamentares. Políticas públicas e investimentos devem ser afetados, dizem analistas.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

23/03/2021 16h30 Atualizado há 17 horas

O governo federal sinalizou que pode ter que bloquear R\$ 17,5 bilhões em despesas não obrigatórias dos ministérios, até o fim desse ano, para cumprir a regra do teto de gastos. O cálculo consta no relatório de receitas e despesas de março do orçamento de 2021, divulgado pelo Ministério da Economia no fim da tarde desta segunda-feira (22),

Os gastos não obrigatórios, ou "discricionários", são aqueles sobre os quais o governo tem poder de decisão. Representam uma pequena parte do orçamento dos ministérios, englobando despesas em saúde, educação, investimentos federais e gastos de custeio, como contas de água e luz.

O restante das despesas (quase 95% do total) é obrigatório — custos previdenciários, gastos com salários de servidores e com benefícios sociais, entre outros.

A regra do teto de gastos, que forçará o governo a cortar despesas, foi **promulgada pelo Congresso no fim de 2016**. A norma prevê que o aumento do gasto público não pode superar a inflação do ano anterior e tem o objetivo de reequilibrar as contas federais.

O aviso do governo

No relatório de receitas e despesas divulgado nesta semana, o governo informou que os cálculos visam nortear as ações orçamentárias do governo para o atingimento da meta de déficit primário, **fixada em R\$ 247,1 bilhões para este ano**.

A União acrescenta que, como o **orçamento ainda não foi aprovado**, o relatório "tem fins apenas informacionais, de transparência e prudência".

O teto de gastos está na Constituição Federal e, por isso, é de cumprimento obrigatório. O bloqueio de R\$ 17,5 bilhões será feito ao longo do ano porque as despesas obrigatórias – principalmente as previdenciárias – estão crescendo acima da inflação. Assim, os gastos livres do governo estão sendo comprimidos.

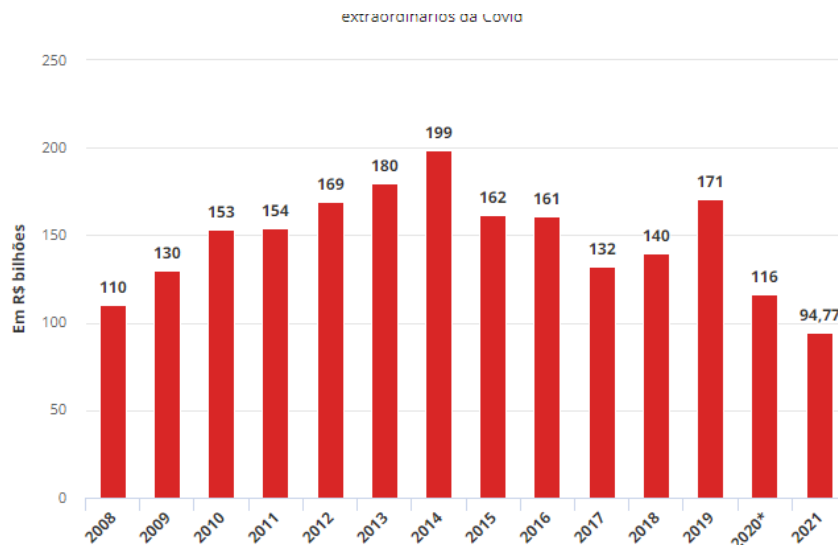
Limite baixo para gastos

De acordo com os números do Ministério da Economia, as despesas discricionárias (não obrigatórias) cairão para R\$ 94,778 bilhões em 2021. Será o menor valor desde 2008, quando se inicia a série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional.

Se retiradas as emendas dos parlamentares, de R\$ 16,3 bilhões em 2021, o valor estimado para os gastos livres do governo fica menor ainda neste ano, em cerca de R\$ 78,47 bilhões.

GASTOS LIVRES DO ORÇAMENTO

Valores aproximados (incluindo emendas) corrigidos pela inflação; estimativa para 2020 não considera gastos extraordinários da Covid



Fonte: Ministério da Economia

Economistas apontam riscos

De acordo com o economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, sempre que os gastos discricionários ficaram próximo de R\$ 100 bilhões, o governo teve que mudar a meta de resultado primário, elevando-a para poder gastar mais. Ele lembrou, porém, que, com a vigência do teto de gastos, o limite não pode ser alterado.

Para Raul Velloso, especialista em contas públicas, a contenção de despesas neste ano tende afetar serviços públicos, e principalmente, investimentos em infraestrutura do governo federal.

"Em uma hora como essas em que estamos vivendo [com a pandemia], o gasto público em investimento é fundamental para reacender a economia, para sair do buraco em que estamos metidos. Em geral, essa regra do teto é um erro e, no momento atual, é mais errada ainda", declarou.

Em agosto do ano passado, a Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal, já avaliava que o aumento dos gastos obrigatórios, no cenário de manutenção do teto de gastos, **ameaça comprometer parte dos serviços públicos em 2021.**

O próprio Ministério da Economia admitiu, em dezembro, que o teto de gastos tenderia a "**precarizar gradualmente a oferta de bens e serviços públicos** e a pressionar, ou, até mesmo, eliminar investimentos importantes".

Entre gastos não obrigatórios que podem ser afetados em 2021, estão:

- investimentos públicos em infraestrutura;
- ações de defesa agropecuária;
- bolsas do CNPq;
- concessão de bolsas de estudo (Capes);
- Pronatec;
- emissão de passaportes;
- programa Farmácia Popular;
- fiscalização ambiental (Ibama);
- bolsas para atletas;
- aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
- despesas administrativas do governo (água, energia elétrica e serviços terceirizados).

Espaço maior para gastos extraordinários

Apesar da queda nos gastos discricionários previstos pra este ano, o relatório de receitas e despesas também informou que a melhora identificada na arrecadação federal no primeiro bimestre de 2021 poderia espaço de R\$ 20,879 bilhões para novas despesas correntes — se não fosse a regra do teto.

Se o governo julgar necessário, há uma "brecha" na regra do teto. Esses valores podem ser alocados para gastos por meio de créditos extraordinários. Créditos desse tipo não estão sujeitos ao teto, mas precisam ser aprovados pelo Congresso e têm regras específicas. Essas despesas por crédito extraordinário podem ser feitas desde que sejam "imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública". O mecanismo é limitado ao espaço de R\$ 20,879 bilhões existente na meta de déficit primário deste ano.

Se a arrecadação cair até o fim do ano, mesmo esse espaço de R\$ 20 bilhões pode ser corroído pelo desempenho da economia. Nesta semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o **agravamento da pandemia deve impactar arrecadação federal a partir de março** – e voltou a cobrar agilidade na vacinação para a retomada da "normalidade".

Até o momento, o governo tem evitado gastar. O orçamento de Saúde para 2021 retoma, por exemplo, valores próximos ao registrado antes da pandemia da Covid-19. Com poucos recursos confirmados para gastos extraordinários, **está prevista queda de cerca de R\$ 35 bilhões nas despesas em saúde na comparação com 2020** - apesar da piora da pandemia neste ano.

Diante desse cenário, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), ligado ao Ministério da Saúde, lançou em fevereiro a **petição pública** "O SUS merece mais em 2021" para aumentar a verba destinada à área. Quase 600 mil pessoas assinaram o documento até esta terça-feira (23).

Marco Aurélio nega liminar contra governadores

Ministro do STF rejeita pedido de Bolsonaro para suspender toque de recolher imposto no Distrito Federal, na Bahia e no Rio Grande do Sul para conter a Covid-19. Decisão será levada a plenário, mas Corte sinaliza que manterá sentença

CAROLINA BRÉCIDO
corval@globo.com.br
maia

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem liminar pedida pelo presidente Jair Bolsonaro e manteve válidos os decretos dos governos do Distrito Federal, da Bahia e do Rio Grande do Sul com restrições de circulação de pessoas para conter a Covid-19. A decisão deve ser enviada para análise do plenário, mas ainda não há data definida para o julgamento ocorrer.

Marco Aurélio chamou de “erro grosseiro” o fato de o presidente ter assinado sozinho a ação e ressaltou que ali deveria constar também a assinatura da Advocacia-Geral da União (AGU).

“O Chefe do Executivo personifica a União, atribuindo-se ao Advogado-Geral a representação judicial, a prática de atos em Juízo. Considerado o erro grosseiro, não cabe o saneamento processual”, escreveu o ministro.

O magistrado completou: “Há um condomínio, integrado por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, voltado a cuidar da saúde e assistência pública. Ante os ares democráticos vivenciados, impróprio, a todos os títulos, é a visão totalitá-

ria. Ao Presidente da República cabe liderança maior, a coordenação de esforços visando o bem-estar dos brasileiros”.

Em caráter reservado, ministros do Supremo disseram ao GLOBO que o pedido de Bolsonaro não deve ser atendido no julgamento em plenário. Segundo eles, as medidas adotadas pelos governadores são necessárias e não podem ser comparadas com o estado de sítio, como alegou o presidente.

AUTONOMIA LOCAL

A ação, assinada pelo próprio Bolsonaro, foi ajuizada no STF na última sexta-feira. Segundo ele, não há previsão legal para o toque de recolher que tem sido adotado em alguns estados. A ação pede que o Supremo determine que o fechamento de atividades não essenciais durante a pandemia só pode ocorrer com base em lei aprovada pelo Legislativo, e não por decreto baixado por governadores.

A jurisprudência recente do STF é no sentido de dar autonomia aos governadores e prefeitos para tomar atitudes no sentido de frear a pandemia. Assim como o governo federal, as autoridades locais têm o poder de baixar decretos restringindo a mobilidade da popula-



Petição. O ministro Marco Aurélio Mello apontou “erro grosseiro” em ação enviada ao STF sem a assinatura da AGU

Outras reações do Supremo

> Em janeiro, o STF divulgou nota para desmentir o presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, que costumam repetir que decisão da Corte impede de tomar decisões para combater a pandemia nos estados e municípios. A Corte reiterou que a deliberação estabelece

que “União, Estados, Distrito Federal e municípios têm competência concorrente na área da saúde pública para realizar ações de mitigação dos impactos do novo coronavírus”.

> O mesmo assunto levou o ministro Gilmar Mendes ao Twitter para chamar de “fake news” um comentário, feito em inglês, pelo ministro das Relações Exteriores,

Ernesto Araújo, num post da CNN americana sobre a pandemia no Brasil. O STF “decidiu que as administrações federal, estaduais e municipais têm a autoridade para adotar medidas de distanciamento social”.

> Também em janeiro, o ministro Ricardo Lewandowski instaurou inquérito para investigar a conduta do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello,

em relação à crise na saúde pública de Manaus, que registrou falta de oxigênio medicinal em hospitais.

> Na semana passada, o presidente da Corte, Luiz Fux, quis saber de Bolsonaro se ele tinha intenção de instituir estado de sítio no país, após o presidente comparar o ato ao toque de recolher imposto por governadores para conter o avanço da Covid.

ção, conforme decisão tomada pelo Supremo no ano passado. Esse entendimento deve ser mantido em plenário diante da ação proposta por Bolsonaro.

Na quinta-feira à noite, Bolsonaro disse em sua live semanal que recorreria ao STF para acabar com “abusos”. Na visão dele, os governadores impuseram “estado de sítio” ao editar medidas restritivas. O discurso do presidente foi reforçado no dia seguinte, em conversa com a imprensa.

— Onde é que nós vamos parar? Será que o governo federal vai ter que tomar uma decisão antes que isso aconteça? Será que a população está preparada para uma ação do governo federal dura no tocante a isso? — questionou Bolsonaro.

DISCURSO A APOIADORES

No domingo, dia em que completou 66 anos, o presidente reforçou a apoiadores que se aglomeraram em frente ao Palácio da Alvorada a sua postura contrária às medidas restritivas de circulação. E ainda usou tom de ameaça:

— Alguns tiranetes, ou tiranos, tolhem a liberdade de muitos de vocês. Podem ter certeza que o nosso Exército é o verde-oliva e é o de vocês também — disse.

NOVOS ACORDOS

PROTEÇÃO AO EMPREGO

Adiamento do abono salarial para 2022 vai bancar redução de jornada e salário

GERALDO DOCA E MANOEL VENTURA
correu allglobe.com.br
matéria

Após o presidente Jair Bolsonaro vetar a ideia de apertar regras do seguro-desemprego para financiar a renovação do programa que permite acordos de redução de salário e jornada, técnicos da equipe econômica decidiram ontem bancar a medida por meio do adiamento do calendário do abono salarial, pago a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

A proposta avançou após fontes da equipe econômica chegarem a afirmar que estava em estudo uma alternativa que tiraria as despesas com a medida do teto de gastos, por meio da edição de créditos extraordinários. Mas o plano também não agradou a Bolsonaro e perdeu força.

A mudança no abono foi decidida em reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Cofeac) convocada às pressas. O colegiado é formado por 18 integrantes, entre representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas. Cada bancada tem seis representantes, e a presidência é rotativa. A medida foi aprovada por unanimidade após sugestão do governo. Na parte do governo,



Crise. Abono é pago a 24,3 milhões de pessoas. Ele será adiado para 2022 para custear acordos de redução de salário e jornada firmados entre trabalhador e empresa

constam quatro integrantes vinculados ao Ministério da Economia, um representante do BNDES e outro do Ministério da Agricultura.

Tradicionalmente, o benefício é depositado entre julho e junho do ano seguinte. No novo cronograma, quem receberia no segundo semestre de 2021 terá de aguardar até o início de 2022. A ideia é liberar R\$ 7,4 bilhões com a manobra, que seriam destinados ao Be-

nefício Emergencial (BEm), a compensação paga pela União aos trabalhadores afetados pelos acordos de redução de jornada e salários ou suspensão de contrato.

O governo planeja reeditar o BEm entre abril e julho e abranger 4 milhões de trabalhadores. No ano passado, o programa, que vigorou com base na medida provisória (MP) 936, envolveu 10 milhões de empregados ao custo

de R\$ 33 bilhões, mas valeu até dezembro. Entre abril e julho, os desembolsos chegaram a R\$ 18 bilhões — mais que o previsto na nova versão.

Para justificar a expectativa de gasto menor, técnicos do governo argumentam que o número de adesões deve ser menor este ano pois avaliam que o cenário econômico é mais favorável que o de 2020, apesar da gravidade da segunda onda da pandemia, que tem

levado governos locais a adotarem medidas mais rígidas de distanciamento social.

A possibilidade de abrir espaço no Orçamento por meio do adiamento de despesas é vista com cautela. Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que a ideia é preocupante, caso seja levada à frente.

— Se essa estratégia for confirmada, representa uma manobra contábil bastante

preocupante e não resolve o problema da restrição fiscal em 2021. Vale dizer que existem R\$ 8 bilhões de restos a pagar referentes ao BEm — afirma o especialista.

Antes da reunião do Cofeac, técnicos da equipe econômica conversaram com o relator da proposta orçamentária, Márcio Bittar (MDB-AC), para destinar a economia com o adiamento das despesas com o abono para o programa de manutenção de empregos. O relator fará uma complementação de voto ao parecer apresentado à comissão que discute a matéria. A MP da nova rodada do programa será divulgada após a aprovação do Orçamento, prevista para esta semana.

PENTE-FINO NO BENEFÍCIO

O abono do PIS/Pasep é pago atualmente a 24,3 milhões de trabalhadores, entre servidores e trabalhadores da iniciativa privada. O governo quer fazer um pente-fino para reduzir fraudes, o que deve resultar na diminuição do público. Os pagamentos continuarão sendo feitos por Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Mas a Dataprev passará a realizar um cruzamento entre os bancos de dados, Caged e Rais (Relação Anual de Informações Sociais).

O governo alega que as mudanças atendem a recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU), que apontou irregularidades no pagamento do abono, com base nos dados de 2018. Além disso, aponta problemas na distribuição dos pagamentos em períodos distintos, sem previsão nos restos a pagar.

O abono é pago a trabalhadores com registro no PIS/Pasep há cinco anos, renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 2,2 mil) e que tenham trabalhado com carteira assinada por pelo menos 30 dias no ano anterior.

Empresários cobram retomada da MP para evitar onda de demissões

JOÃO SORIMANETO
joao.sorimano@globo.com.br
matéria

Empresários cobraram a retomada da MP 936 no notiteontem, durante encontro com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do

Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na casa de Washington Cinel, dono da empresa de segurança Gocil, em São Paulo. Segundo Flavio Rocha, dono da Riachuelo, se o setor varejista não for autorizado a fazer a redução de jornada de trabalho e salários, po-

de haver uma "onda de demissões devastadora".

— Estamos com água no nariz. É preciso que o governo reedite a MP 936, e os sindicatos homologuem logo os acordos, sob o risco de termos

uma onda de demissões devastadora. É preciso uma definição urgente do governo — disse Rocha ao GLOBO.

O empresário Akilio Diniz, acionista do Carrefour, participou da reunião de forma virtual.

As empresas do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que reúne, além da Riachuelo, Lojas Americanas, Magazine Luiza, manifestaram preocupação com a possibilidade de demissões em massa no país com o lockdown

em diversas cidades e a lentidão para reeditar a MP 936.

O presidente do IDV, Marcelo Silva, disse que "a despeito de todo o empenho da equipe técnica do Ministério da Economia, a medida provisória precisa ser publicada com urgência para evitar medidas extremas, como demissões no varejo, agravando ainda mais a crise de empregos".

BC vê 'retomada robusta' no segundo semestre

Ata da reunião do Copom que elevou juros a 2,75% mostra que, apesar de reconhecer que agravamento da pandemia pode levar a uma 'reversão econômica', Banco Central projeta recuperação puxada por vacinação

GABRIEL SHINOHARA
gshinohara@globo.com.br

O Banco Central (BC) avalia que ainda há muita incerteza sobre o ritmo da ativi-

dade econômica neste semestre, mas vê a possibilidade de uma "retomada robusta" na segunda metade do ano com a ampliação da vacinação no país. É o que revela a

ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que elevou a taxa básica de juros de 2% para 2,75% ao ano, divulgada ontem.

De acordo com o BC, a reto-

mada econômica vinha "surpreendendo positivamente", mas ainda não há dados sobre o impacto do recente aumento de casos e mortes por Covid-19 na economia.

"O Comitê avaliou que uma possível reversão econômica devido ao agravamento da pandemia seria bem menos profunda do que a observada no ano passado, e provavelmente seria seguida por outra recuperação rápida", afirma a ata. "Para o Comitê, o segundo semestre do ano pode mostrar uma retomada robusta da atividade, na medida em que os efeitos da vacinação sejam sentidos de forma mais abrangente."

A economista-chefe da Veedha Investimentos, Camilla Abdelmalack, também acredita que o segundo semestre mostrará uma retomada mais forte:

— Trabalhando com esses últimos noticiários, com ritmo de aquisição da vacinação, com as novas medidas de isolamento social que tendem a controlar esse quadro atual, vendo um pouco do que aconteceu nos Estados Unidos, a gente acaba ficando mais otimista com o segundo semestre assim, que vai ter uma velocidade no ritmo de vacinação.

Esse não é o cenário projetado por Êtore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos. Ele espera uma retomada mais gradual da economia, inclusive no segundo semestre, já que os valores do novo auxílio emergencial são bem menores que os pagos em 2020:

— O cenário que ele coloca na mesa é um que praticamente minimiza os efeitos do recrudescimento da pandemia.

As projeções de inflação do Copom estão em 5% para 2021 e 3,5% em 2022. Nesse cenário a Selic encerraria este ano a 4,5%, chegando a 5,5% em 2022. Se essas ex-



Gautier. Ao elevar os juros, BC buscou ancorar as expectativas de inflação

pectativas se confirmarem, o BC conseguirá cumprir a meta de inflação, de 3,75% ao ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

A ata do Copom mostra que o BC atentou para o aumento das projeções de inflação. Camilla, da Veedha, ressalta que o objetivo do BC ao elevar a Selic mais do que o esperado foi, principalmente, não desancorar as expectativas.

Ainda que considere o aumento da inflação temporário, o BC ressaltou o efeito da alta dos preços de commodities, como os combustíveis.

— Tudo dependerá do ritmo da vacinação em cada país, como o próprio BC destacou na ata.

No cenário externo, a forte queda dos preços do petróleo, devido à nova onda da pandemia, afetou as Bolsas. O barril do tipo Brent desabou 5,92%, a US\$ 60,79, e o do WTI perdeu 6,17%, a US\$ 57,76.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras caíram 2,30%, a R\$ 22,55, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) recuaram 3,06%, a R\$ 22,80.

Casal jovem quer comprar imóvel e dar educação financeira para os filhos.

pod isso, meninas?

Com
NATHALIA LARGHI,
NAJARA BERTÃO
& ANA LEONI



Pode! Chegou o novo podcast do Valor Investe, o Pod isso, meninas?

Ouçã o mercado que fala a sua língua e descubra, em bom português, como se preparar para a aposentadoria, comprar um imóvel, escolher ações e muito mais. Pod isso, meninas? é informação clara, direta e descomplicada para responder às dúvidas reais do seu dia a dia sobre finanças pessoais.

Pod isso, meninas? vai ao ar toda segunda às 7h nas principais plataformas de áudio.



Ouçã aqui.

Valor **investe**

Cenário externo ruim pesa mais, e Bolsa cai 1,49%

Dólar comercial fica praticamente estável, cotado a R\$ 5,51, refletindo ata da reunião do Copom

VITOR DA COSTA
vitor.santos@globo.com.br

Ainda que a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, divulgada ontem, tenha agradado ao mercado, o cenário externo pesou mais. O Ibovespa, índice de referência da Bolsa brasileira, recuou 1,49%, aos 113.262 pontos. Já o dólar comercial, que operou em queda boa parte do dia, fe-

chou praticamente estável, a R\$ 5,51, baixa de 0,05%

— Um discurso mais agressivo sobre a alta de juros faz o real ficar um pouco mais forte. Existem outros fatores que podem trazer volatilidade para a moeda, claro, mas com juros mais altos, a tendência é que o real se valorize — afirmou Rafael Antunes, sócio da Inove Investimentos, referindo-se à elevação da taxa básica de juros para 2,75% ao ano, na

semana passada.

Ele ressalta, porém, que a pandemia continua a ser o principal assunto no radar dos investidores brasileiros, pois ela afeta o já debilitado cenário fiscal:

— Tudo dependerá do ritmo da vacinação em cada país, como o próprio BC destacou na ata.

No cenário externo, a forte queda dos preços do petróleo, devido à nova onda da pandemia, afetou as Bolsas. O barril do tipo Brent desabou 5,92%, a US\$ 60,79, e o do WTI perdeu 6,17%, a US\$ 57,76.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras caíram 2,30%, a R\$ 22,55, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) recuaram 3,06%, a R\$ 22,80.

Economia com Censo agora deve piorar gasto público no futuro

Para ex-presidentes do IBGE, corte em Orçamento e adiamento da pesquisa prejudicam de políticas sociais a repasses a estados

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@oglobo.com.br
@ftrisotto

O corte de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento para o Censo Demográfico em 2021 pode adiar a realização da pesquisa para depois da eleição de 2022. Essa postergação dificultaria a elaboração de políticas públicas e comprometeria a qualidade do gasto público no futuro, na avaliação de ex-presidentes do IBGE, responsável pelo levantamento.

Inicialmente previsto para 2020, o Censo já havia sido adiado por causa da pandemia de Covid-19. A redução de 88% dos recursos previstos — de R\$ 2 bilhões para R\$ 240 milhões — inviabilizaria a realização da pesquisa. Os principais efeitos seriam sentidos nos repasses de recursos da União para estados e municípios via fundos de participação; na elaboração e avaliação da eficácia de políticas públicas, como o auxílio emergencial e o Bolsa Família; em ações de planejamento urbano e em avaliações so-

bre o mercado de trabalho.

Para Sérgio Besserman, presidente do IBGE entre 1999 e 2003, a eventual economia obtida com a transferência de recursos que seriam usados para o Censo é mau negócio, porque representa uma piora do gasto público no futuro:

— Perde-se muito mais, e valor cortado da pesquisa multiplicado N vezes, em eficácia das políticas públicas. Só em auxílio emergencial e Bolsa Família, o Censo 2021 permitiria chegar com muito mais eficiência aos bolsões de pobreza, aos mais necessitados, e ao mesmo tempo economizaria muitos recursos (do governo).

O economista é um dos signatários de uma carta em que ex-presidentes do órgão de pesquisa defendem a manutenção do Orçamento para a realização do Censo neste ano.

— A gente espera que mais adiante ainda melhore (a situação da pandemia). Se continuar como está, não será possível fazer (o Cen-

so). Mas, se cortar o dinheiro agora, aí que não vai ter mesmo. Seria prudente deixar o dinheiro no Orçamento e mais para frente decidir o que fazer — comenta Simon Schwartzman, que comandou o IBGE entre 1994 e 1999 e também assina o documento.

RECONSTRUÇÃO PÓS-CRISE

O Censo é ferramenta importante para a melhor alocação de recursos públicos para os fundos de municípios e estados. O Fundo de

Como os dados impactam a vida da população

> **Distribuição de recursos.** A contagem populacional atualizada feita pelo Censo permite fornecer informações precisas para a definição das cotas dos fundos de participação dos estados (FPE) e municípios (FPM). As transferências

são definidas com base no número de habitantes de cada localidade.

> **Transferência de renda.** O Censo traz dados que permitem delimitar o perfil populacional e calcular taxas de cobertura de políticas de transferência de renda, como o auxílio emergencial e o Bolsa Família. A atualização da pesquisa pode embasar as dis-

Participação dos Municípios (FPM) costuma ser a principal fonte de receitas das cidades pequenas. Edmar Bacha, que presidiu o IBGE nos anos 1980, vê riscos que extrapolam a distribuição dos recursos para esses fundos:

— O próprio federalismo estaria ameaçado, porque sem o Censo não teria a base para fazer a distribuição de impostos e recursos para os estados e municípios de maneira correta.

Besserman diz que sem a

pesquisa fica muito mais difícil detectar movimentos migratórios que possam ter provocado maior crescimento de pequenas cidades, que consequentemente receberão repasses inferiores aos que necessitam.

Os prejuízos da não realização do Censo não afetam só os governos, embora as políticas públicas sejam as mais impactadas. Schwartzman destaca que o levantamento é ainda mais relevante em um momento de reconstrução pós-crise imposta pela

pandemia de Covid-19:

— Sem o Censo, cada vez mais as políticas vão ficando mais incertas, e não é só para o governo. Vários setores da sociedade precisam disso, o setor privado também usa demais as informações estatísticas do Censo. São muito estratégicas.

Em artigo publicado no GLOBO, a atual presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, e o diretor de pesquisas, Eduardo Riós Neto, destacaram que o instituto vem se preparando desde o ano passado para realizar o Censo diante das adversidades e trabalha com três pilares.

O primeiro prevê a flexibilização do cronograma de pesquisa, para garantir segurança sanitária a recenseadores e população. O segundo privilegia um modelo misto de coleta de dados, com recenseamento presencial, entrevista telefônica e auto preenchimento de formulário pela internet. A última aposta é no uso de tecnologias para monitorar e supervisionar a operação.



Mede de misto. Com pandemia, IBGE previa coleta de dados presencial, por entrevista telefônica e por preenchimento de formulário na internet

Guedes se opõe à nomeação de Pazuello para PPI

Ministro da Economia busca barrar alteração no comando do órgão responsável por concessões e privatizações. Técnicos do governo avaliam que essa mudança seria malvista pelo mercado

JUSSARA SOARES
E MANOEL VENTURA
scor@oglobo.com.br
WAGL

Depois de sair do Ministério da Saúde, Eduardo Pazuello foi cogitado para ganhar o comando da Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), sem status de ministro e, portanto, sem foro privilegiado. Mas o movimento esbarrou na oposição do ministro da Economia, Paulo Guedes, que, até a noite de ontem, havia conseguido barrar as tratativas.

Dentro do plano para entregar o PPI a Pazuello, o órgão, hoje subordinado ao Ministério da Economia, seria transferido para a Secretaria-Geral da Presidência, co-

mandada por Onyx Lorenzoni —patrocinador da ideia.

O PPI é responsável pelas concessões e parcerias entre o governo e a iniciativa privada. Nele foram incluídas ainda as principais privatizações prometidas pelo governo Jair Bolsonaro, como Eletrobras, EBC e Correios.

As privatizações estão no centro da agenda liberal defendida por Guedes. Ver o PPI transferido para a Secretaria-Geral da Presidência significaria o risco de descaracterizar o órgão.

DISPUTA DE ONYX PELO PPI

Técnicos do governo avaliam que a ida de Pazuello para o PPI seria malvista pelo mercado e poderia indicar a falta de prioridade do governo pa-



Agenda. O ministro Paulo Guedes quer manter o PPI na pasta da Economia

ra com as concessões e privatizações. O ponto levantado pelos técnicos não está necessariamente ligado à capacidade de gestão do general,

mas ao fato de o PPI já ter uma carteira vasta, com muitos leilões previstos para os próximos meses. Por isso, avaliam os técnicos, é preciso

ter alguém familiarizado com o assunto e respeitado pelo mercado no comando do programa.

Outro problema apontado por auxiliares de Guedes é onde o PPI ficaria subordinado. A possibilidade do PPI ir para a Secretaria-Geral poderia reeditar conflitos com o Ministério da Economia registrados em 2019. Naquele ano, quando Onyx era titular da Casa Civil e o PPI estava sob o seu guarda-chuva, eram comuns as disputas entre as pastas. Foi justamente para evitar um comando duplo das concessões e privatizações que Guedes defendia, desde a transição, que o PPI ficasse sob a sua pasta.

O argumento a favor da mudança era que o PPI atua

com diversos ministérios e, portanto, seria melhor que ficasse no Palácio do Planalto, próximo a Bolsonaro.

Desde que voltou a despachar no Palácio do Planalto, no mês passado, Onyx trava uma disputa com Guedes pelo PPI. O órgão era vinculado à Casa Civil, quando era comandada por Onyx, mas foi transferida para Guedes em janeiro de 2020.

O novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, tomou posse ontem em uma cerimônia reservada, que não constava da agenda oficial de Bolsonaro.

A exoneração de Pazuello foi publicada ontem no Diário Oficial, mas, até o fechamento desta edição, seu destino não havia sido divulgado.

Após Volks, Scania e Volvo, Mercedes-Benz paralisa produção no Brasil

JOÃO SOREMA NETO
jso@oglobo.com.br
STORAZ

Depois de Volkswagen, Scania e Volvo, a alemã Mercedes-Benz também anunciou a paralisação da produção nas fábricas de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e em Juiz de Fora, Minas Gerais, por conta da pandemia de Covid-19.

O sindicato dos Metalúrgicos do ABC vem conversando, desde a semana passada, com as montadoras e a Anfavea (a associação que representa as fabricantes) sobre a necessidade de suspender temporariamente a produção para prevenir casos da doença entre trabalhadores do setor.

A paralisação começa na

próxima sexta-feira, dia 26, com retorno previsto para 5 de abril. A data coincide com a antecipação dos feriados no Grande ABC.

As cidades que fazem parte do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC decidiram ontem antecipar feriados municipais entre 27 de março e 4 de abril.

Além disso, grupos de fun-

cionários da Mercedes terão férias coletivas alternadamente na volta ao trabalho para garantir a eficiência dos protocolos de segurança e distanciamento.

FALTA DE PEÇAS

Segundo comunicado divulgado pela empresa, o objetivo da paralisação da produção nas duas fábricas é re-

duzir "a circulação de pessoas neste momento crítico e administrar a dificuldade de abastecimento de peças e componentes na cadeia de suprimentos, além de atender à antecipação de feriados por parte das autoridades municipais".

Na nota, a Mercedes destaca ainda que, desde o início da pandemia no ano passado,

a montadora e sua rede de concessionárias têm se adaptado para atender a todos os protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Sobre as férias coletivas, a montadora informou que, com a medida, terá um grupo de produção menor, mantendo os protocolos de distanciamento, mas conseguirá atender os clientes com seus produtos e serviços.

No total, a Mercedes-Benz emprega cerca de dez mil profissionais no Brasil.

Área econômica se prepara, mas teme estado de calamidade

Decreto seria saída diante da falta de margem de manobra no orçamento

Por Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

24/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica trabalha no cenário de nova decretação de estado de calamidade como um Plano B, e torce para que não precise ser acionado. Foi o que informaram ao **Valor** fontes do Ministério da Economia.

O que vai determinar se a calamidade será ou não necessária é a evolução da pandemia e o ritmo das imunizações contra a covid. A equipe acredita ter quatro meses à frente, durante o pagamento do auxílio emergencial, para construir condições que evitem a deflagração de nova calamidade.

Não por acaso, o ministro da Economia, Paulo Guedes afirmou na última segunda-feira que o governo tem a obrigação de vacinar os mais vulneráveis em três ou quatro meses, para garantir-lhes o retorno seguro ao trabalho. Esse é um público que precisa decidir entre ficar em casa sem ter a subsistência garantida ou sair para o trabalho e arriscar morrer de covid, disse. Ele tem discutido com integrantes do Planalto formas de acelerar o processo de imunização.

A recente orientação do Ministério da Saúde, de dispensar a reserva de vacinas para a segunda dose, vai nessa direção. A imunização do grupo com mais de 60 anos é vista como prioridade, pois é nessa faixa que se concentram os óbitos.

Mas, se ao final do período renovado de auxílio emergencial a crise ainda estiver forte, a hipótese de uma nova calamidade precisa estar sobre a mesa, disse um interlocutor do ministro. Essa ideia está presente em declarações de Guedes e do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, quando dizem que as medidas de apoio adotadas em 2020 podem ser retomadas, a depender do quadro. Como o Orçamento não tem margem para reeditar medidas, a calamidade é um caminho possível.

Cada vez mais, cresce a percepção que o auxílio emergencial é insuficiente diante do atual cenário. O mesmo vale para outras medidas em preparação, como a volta do BEm e do Pronampe, em versões mais magras que as de 2020.

Por outro lado, não é claro o efeito que o pagamento do auxílio emergencial produzirá na economia. Mesmo considerando que o benefício será menor, algum impacto é esperado. Um técnico comentou que o cenário ainda é de incerteza e os dados econômicos disponíveis são defasados.

“Puxar a economia e decretações de fechamento são até certo ponto contraditórios”, disse uma fonte da área econômica. “É importante ter uma evolução mais coordenada das iniciativas”, complementou.

Os dados objetivos disponíveis até o momento mostram a economia em recuperação. Na última segunda-feira, a Receita Federal anunciou um volume recorde de arrecadação tributária no mês de fevereiro. Na mesma linha, os dados de geração de emprego formal e o IBC-Br mostraram desempenho acima do esperado em fevereiro.

Os dados da arrecadação do início de março ainda vinham fortes, segundo comentou Guedes na divulgação do resultado. Mas, admitiu, tudo indica que haverá um tombo na segunda quinzena deste mês e em abril.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

Recuperação requer vacinas e mais gastos

O FMI projeta que os emergentes e em desenvolvimento, com exceção da China, terão perda acumulada de renda de 20% até o fim de 2022, enquanto as economias avançadas perderão 13%

Por Assis Moreira — De Genebra

24/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O melhor estímulo para a recuperação da economia mundial é uma vacinação generalizada, manutenção de gastos pelos governos para ajudar os mais vulneráveis e comércio aberto. Foi a mensagem dada hoje pelos dirigentes das principais organizações econômicas internacionais em evento virtual, que coincidiu com aumento do número de casos e mortes pela pandemia de covid-19.

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, declarou que “estamos numa etapa decisiva”, com perspectivas de melhoras para a economia global, mas em meio a muitas incertezas, riscos de novas ondas do vírus, crescentes desigualdades e diferenças no desempenho entre os países.

“A política de vacinação é a política econômica mais importante. Não podemos destruir essa pandemia enquanto ela não estiver erradicada em todo lugar”, afirmou. “Vacinação é o melhor rendimento que podemos ter neste ano.”

O FMI projeta que os emergentes e em desenvolvimento, com exceção da China, terão perda acumulada de renda de 20% até o fim de 2022, enquanto as economias avançadas perderão 13%. Nesse cenário, o conselho de Georgieva é claro: “É preciso gastar. Em termos de política, é melhorar a renda interna, melhorar o ambiente de negócios, abrir o comércio, para uma retomada mais sólida”.

Para a diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, uma recuperação econômica robusta passa por acesso da vacina para todos. Acha que isso pode vir com reforço da produção de doses, especialmente nos emergentes com capacidade produtiva.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, reiterou que “a pandemia é uma demonstração devastadora de que a saúde e a economia são integradas e interdependentes”. Observou que, quando a saúde está em risco, tudo está em risco. Mas quando a saúde é protegida e promovida, indivíduos, famílias, comunidades, economias e nações podem florescer. “A pandemia vai diminuir, mas haverá outra. E os países continuarão a enfrentar uma miríade de desafios de saúde que minam a produtividade, alimentam a desigualdade e impedem as nações. Só podemos responder e recuperar verdadeiramente se pensarmos na saúde não como um custo, mas como um investimento no mundo mais seguro, justo e próspero.”

O Banco Mundial, segundo seu presidente David Malpass, terá programa de vacinas em 30 países até o fim de abril, graças ao financiamento de US\$ 2 bilhões. Mas admitiu que se trata de um “enorme desafio” diante do volume limitado de doses no Covax, mecanismo global para distribuição de vacinas, e da produção em geral.

“A redução do Produto Interno Bruto [PIB] dos países mais pobres é uma catástrofe e joga mais 150 milhões de pessoas na extrema pobreza, é algo grave e sem igual”, alertou Malpass.

Na mesma linha, o secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Angel Gurría, destacou que “o choque final da crise da covid-19 será a pobreza”. Segundo ele, a crise sanitária provoca retrocesso de ao menos 10 anos no desenvolvimento. A penúria de ajuda ao desenvolvimento aumentou, o nível de renda das mulheres caiu 50% mais que o dos homens, estudantes em boa parte do mundo não podem ir à escola e nem tem computador para seguir cursos online. O fosso aumenta, na ausência de margem de manobra fiscal em muitos países, acrescentou.

No evento organizado pela OMC sobre “ajuda ao comércio”, os dirigentes das organizações internacionais concordaram que o comércio internacional contribui

positivamente para resolver problemas na pandemia. E que uma recuperação do comércio, se bem gerida, pode impulsionar o crescimento e elevar os padrões de vida no mundo em desenvolvimento.

A diretora da OMC declarou-se “decepcionada” com o fato de a EU ter prorrogado o controle para exportação de vacinas anti-covid. Alguns observadores lamentaram que ela não tenha lembrado que os EUA também mantêm veto à exportação da vacina.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

A Aliança possui uma variedade de planos de saúde para o Servidor Público.

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Pincéis para make: saiba qual pincel usar

NATURA

LINK PATROCINADO

Fronha Avulsa Grande 220 Fios Sartoria Azul

R\$ 59

CATRAN

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O rosto de Gretchen sem maquiagem é praticamente irreconhecível.

MEDICAL MATTERS

por taboola

Conteúdo Publicitário

Pacheco quer alíquota zero para kit intubação

Sugestão foi tirada de jantar com empresários na segunda-feira

Por **Renan Truffi e Vandson Lima** — De Brasília

24/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





Pacheco: presidente do Senado levará sugestões de empresários a Bolsonaro — Foto: Pedro França/Agência Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), aproveitará a reunião de hoje com o presidente Jair Bolsonaro para sugerir que o Executivo zere o imposto de importação sobre medicamentos cruciais no tratamento de pacientes graves com covid-19, o chamado “kit intubação”. Trata-se de um conjunto de drogas que deve ser utilizado toda vez que o paciente precisa ser intubado e adaptado ao ventilador mecânico.

Isolamento define mesmo com mais restrições e situação se mantém crítica

Área econômica se prepara, mas teme estado de calamidade

Insumo limitado ainda freia avanço na vacinação

A ideia de zerar o tributo surgiu a partir de conversas entre Pacheco e empresários na noite de segunda-feira. Médicos e entidades da saúde estão em alerta para uma possível crise de desabastecimento desses remédios em todas as regiões do país. Com o recrudescimento da pandemia, os estoques dessas drogas estão no fim. Isso inclui medicamentos para controlar a dor, sedar e relaxar a musculatura no processo de intubação dos infectados.

Esse tipo de medida já foi tomada pelo governo em março do ano passado, no início da pandemia. Na ocasião, os ministérios da Saúde e Economia construíram uma lista em conjunto que isentou a importação de itens como testes de coronavírus, equipamentos e aparelhos médico-hospitalares, cloroquina, hidroxiclороquina, azitromicina e imunoglobulina.

Pacheco também quer que o governo avalie a abertura de novos leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), que registram superlotação em várias regiões

e Estados brasileiros. Outra demanda a ser levada ao presidente da República será a possibilidade de empresas comprarem vacinas e imunizarem seus próprios funcionários. O pedido foi feito a Pacheco por alguns dos empresários com quem o presidente do Senado se reuniu no início da semana.

O Congresso já aprovou um projeto sobre o assunto, mas optou por restringir essa possibilidade. De acordo com o texto, 100% das vacinas compradas pelo setor privado terão que ser doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) até que seja atingida a vacinação de todos os grupos prioritários no Brasil. Após esta etapa, a empresa terá que doar 50% dos imunizantes para o SUS e poderá aplicar o restante a seu critério, mas “de forma gratuita”.

Por fim, Pacheco deve cobrar do Palácio do Planalto a apresentação de um cronograma “factível” de vacinação. Na avaliação da cúpula do Congresso, o Ministério da Saúde não conseguiu cumprir os compromissos feitos nesse sentido. As sucessivas mudanças no calendário estão irritando os parlamentares.

O assunto foi discutido, inclusive, em audiência pública, ontem no Senado. Representantes de instituições e empresas responsáveis pelo fornecimento de algumas das vacinas esclareceram o cronograma de entregas e admitiram alguns atrasos. A presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade Lima, afirmou que o instituto entregará, em abril, 18,8 milhões de doses da AstraZeneca. Outras 21,5 milhões serão entregues em maio, 34,2 milhões em junho e 21,9 milhões em julho.

O calendário do Ministério da Saúde, no entanto, dava conta de 30 milhões de imunizantes entregues já no próximo mês. Questionada por Pacheco, Nísia explicou que a projeção levava em conta a produção de 1 milhão de doses/dia, mas que houve atrasos na chegada do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

LINK PATROCINADO

Compre Já

Mercado e até governo temem ida de Pazuello para PPI

Decisão foi tomada por Bolsonaro na noite de segunda-feira

Por **Fabio Murakawa, Daniel Rittner, Matheus Schuch e Lu Aiko Otta** — De Brasília

24/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A reação negativa dentro do próprio governo e a péssima repercussão no mercado fizeram o presidente Jair Bolsonaro reavaliar a nomeação do general Eduardo Pazuello para o comando do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A decisão de acomodar o ex-ministro da Saúde na chefia do programa de concessões e privatizações federais foi tomada por Bolsonaro na noite de segunda-feira, após reunião com membros do núcleo militar, segundo apurou o **Valor**. Ministros das áreas econômica e política não foram ouvidos.

A coordenação do programa deve ficar vaga com a saída da atual secretária especial do PPI, Martha Seillier, que irá para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington. Economista de formação e muito respeitada pelo mercado, com passagens pela presidência da Infraero e pela chefia da assessoria técnica na Casa Civil, Martha ocupará um cargo na cúpula do banco por indicação do ministro Paulo Guedes (Economia).

A decisão de Bolsonaro sobre o deslocamento de Pazuello surpreendeu até mesmo auxiliares do general. Ontem à noite, porém, o clima já era diferente. Nos bastidores do Palácio do Planalto, voltou a circular a informação de que o ex-ministro da Saúde poderá ter como destino a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

O posto é atualmente ocupado pelo almirante Flávio Rocha, um dos auxiliares mais próximos do presidente, que acumula a função com a de secretário especial de Comunicação Social (Secom).

Segundo fontes, Bolsonaro decidiu reconsiderar depois que alguns de seus principais ministros, como Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e o próprio Guedes, demonstraram oposição à ideia.

Uma autoridade, que pediu para não ter seu nome citado, diz que a nomeação de Pazuello “sepultaria qualquer credibilidade” do PPI. A questão, afirmou esse auxiliar do presidente, não é se o general foi um bom ou mau gestor da pandemia de covid-19 nos últimos meses. O ponto, segundo ele, é que o programa de concessões e privatizações entra agora em uma fase de aquecimento até o fim do mandato de Bolsonaro.

Na carteira do PPI estão ações como a privatização da Eletrobras e a venda dos Correios. Além disso, algumas grandes concessões pela frente incluem o Porto de Santos, a Ferrogrão e dois leilões de aeroportos, incluindo “joias da coroa”, Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ). Portanto, o programa precisaria de alguém familiarizado com o tema e com bom trânsito no mercado para tocar os preparativos.

Uma dúvida que intrigou vários executivos do setor privado foi o porquê da intenção de Bolsonaro de nomear Pazuello ao PPI, já que o cargo não garante foro privilegiado, com o suposto objetivo de proteger o general de processos criminais em razão da pandemia. Para isso, seria necessária uma mudança legal, elevando o atual status do programa.

A consultoria Vallya vocalizou um comentário feito com frequência, ontem, entre empresas com forte atuação na área de infraestrutura. “A mera especulação em torno do PPI, um órgão governamental cuja atuação temos exaltado com frequência, representa uma péssima sinalização ao mercado”, disse a Vallya.

“Projetos de parceria têm um ciclo de maturação de, no mínimo, médio prazo, e dependem de continuidade para atingir o grau de sucesso necessário, tanto em termos da licitação como em termos da construção de metas de desempenho, que

garantem a boa prestação de serviços e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.”

“Os projetos de parceria têm recebido uma mínima blindagem em relação a temas políticos, dado o avançado arcabouço institucional e a convergência ideológica em torno da necessidade de investimentos e bons serviços sem a alienação de bens, afirmação que fazemos com base no volume de projetos em estados governados por partidos tanto de ‘direita’ como de ‘esquerda’. A eventual indicação de Pazuello ao cargo afetaria estes balizadores”, concluiu a consultoria.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Conheça as histórias de quem venceu a ansiedade generalizada

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Cade aprova criação de fundo Kortex por Fleury e Sabin para investir em startups de saúde

Câmara Superior do Carf afasta multa de mora em compensação tributária

3ª Turma aplicou novas regras de desempate em julgamento sobre denúncia espontânea

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

24/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Roberto Duque Estrada: “Não faz sentido não afastar a multa do contribuinte que de boa-fé quis regularizar sua situação e usou a compensação de créditos existentes” — Foto: Divulgação

A Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) afastou a cobrança da multa de mora de um contribuinte beneficiado por denúncia

espontânea, que quitou a dívida por meio de compensação tributária. Os conselheiros da 3ª Turma entenderam que a medida tem o mesmo efeito prático e jurídico do pagamento à vista - o que garantiria a exclusão da penalidade.

O julgamento chamou a atenção dos advogados porque normalmente o contribuinte perde a discussão no Carf. Esta é a única decisão favorável entre as 30 publicadas pelas turmas e Câmara Superior este ano, de acordo com levantamento realizado pelo escritório Vaz, Buranello, Shingaki & Oioli (VBSO Advogados).

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), a tendência também é desfavorável ao contribuinte. Os ministros costumam não admitir a exclusão da multa de mora - que pode chegar a 20% - com o pagamento por meio de compensação tributária, afirmam Diego Miguita e Diogo Olm Ferreira, do VBSO Advogados.

A discussão envolve o artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN). O dispositivo trata da denúncia espontânea e estabelece que, caso o contribuinte pague o tributo antes de qualquer procedimento de fiscalização, ficará livre de qualquer infração. Em uma interpretação literal, porém, acrescentam os advogados, a Receita Federal entende que o benefício não vale para a compensação tributária.

Na 3ª Turma da Câmara Superior, as discussões sobre o tema costumam empatar. Até abril de 2020, com a existência do chamado voto de qualidade, o entendimento do presidente tinha peso duplo, o que fazia com que os contribuintes perdessem. Porém, no caso analisado recentemente, foi aplicada a Lei nº 13.988, de 2020. Ela estabelece que, em caso de empate no julgamento de autuações fiscais, o contribuinte deve sair vencedor.

Os conselheiros levaram em conta a nova lei porque o caso tratado envolvia autuação fiscal. Como em muitos casos, segundo Diego Miguita, a Receita Federal nega a exclusão da multa de mora por meio de despacho, normalmente não se tem aplicado as regras que favorecem o contribuinte.

No julgamento, ocorrido em janeiro, ao analisar o caso de uma empresa de serviços de limpeza (processo nº 10805.000996/2006-45), o presidente em exercício, conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, afirmou que se trata do mesmo assunto já anteriormente julgado, com os mesmos julgadores. Só que pelo fato da

compensação da diferença ter sido feita por auto de infração, acrescentou, “isso vai mudar o resultado”. De acordo com ele, esse fato causa uma grande insegurança jurídica, uma vez que haverá resultados diferentes para a mesma matéria.

Para Diego Miguita, essa distinção feita é incabível, uma vez que o assunto é o mesmo e o que muda é apenas o procedimento de cobrança feito pela fiscalização. Com base nessa decisão favorável aos contribuintes, afirma, as empresas que perderem a discussão no Carf poderão discutir, em fase preliminar, esses critérios para aplicação ou não do que diz a nova Lei nº 13.988.

“Temos que tomar cuidado ao usar esse precedente como um divisor de águas sobre o assunto porque o contribuinte só ganhou porque era um auto de infração”, diz o advogado.

Diogo Olm Ferreira entende que, dependendo do procedimento adotado, a decisão pode gerar distorções, como aconteceu no caso. “A jurisprudência no Carf e no Judiciário é, em geral, desfavorável. Por isso, a decisão causou surpresa”, afirma.

Em um julgamento ocorrido em dezembro, na mesma 3ª Turma da Câmara Superior, o resultado foi contrário a uma empresa de alimentos que fez compensação de créditos para quitar tributos devidos em denúncia espontânea (processo nº 10980.920582/2009-56). No caso, ela foi cobrada por despacho decisório sobre a multa de mora. “Quando você não presta atenção nos detalhes acha que a turma mudou de entendimento”, diz Miguita.

Segundo o advogado Filipe Richter, do Veirano Advogados, parece que está havendo uma interpretação extremamente rigorosa da nova norma, que dá ganho de causa ao contribuinte em caso de empate. Para ele, o conselho “vai fazer jogo duro na aplicação porque não gostou da mudança”.

Já com relação à tese, o advogado acredita que ainda é defensável, uma vez que a compensação decorre de pagamento indevido a mais de algum tributo, logo houve um pagamento, que justificaria o afastamento da multa de mora.

Roberto Duque Estrada, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, entende que a decisão tomada pela Câmara Superior a favor do contribuinte seria a mais acertada. Para ele, o uso da compensação tem o mesmo efeito do pagamento à vista, uma vez que esses créditos existentes são resultado de valores de tributos pagos a mais.

“Não faz sentido não afastar a multa do contribuinte que de boa-fé quis regularizar sua situação e usou a compensação de créditos existentes”, diz o advogado. “A compensação tem que ter o mesmo efeito do pagamento.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

O perigo por trás da coceira do seu cachorro, leia isso

NUTRAPETS

LINK PATROCINADO

O rosto de Gretchen sem maquiagem é praticamente irreconhecível.

MEDICAL MATTERS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Controlada da Queiroz Galvão pede recuperação judicial

CPFL sofre nova derrota em disputa com a Receita

Companhia defendeu que pagamentos a entidades de previdência complementar poderiam ser deduzidos do cálculo do IRPJ e CSLL

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

24/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Ministro Benedito Gonçalves: voto para manter decisão de segunda instância — Foto: Divulgação

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve uma cobrança de R\$ 101 milhões em Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Esse caso envolve aportes que a empresa se comprometeu a fazer na Fundação Cesp, que administra o plano de previdência complementar dos seus funcionários.

A CPFL sofreu várias autuações por essa mesma operação - que, ao todo, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), somam mais de R\$ 1 bilhão.

Essa decisão da 1ª Turma é a segunda no STJ. Antes, no ano de 2019, a 2ª Turma, que também julga as questões de direito público, já havia validado uma cobrança tributária de R\$ 511 milhões. As demais, diz a PGFN, ainda estão tramitando nas instâncias inferiores.

Essa discussão tem origem no ano de 1997, quando a CPFL firmou compromisso com a Fundação Cesp para cobrir um déficit de R\$ 426 milhões. O aporte seria feito num prazo de 20 anos. No ano seguinte, em 1998, a companhia deduziu integralmente esse valor da base de cálculo do IRPJ e da CSLL - e foi autuada pela Receita Federal.

A companhia afirma, no processo, que os pagamentos a entidades de previdência complementar podem, por lei, ser deduzidos do cálculo dos tributos e diz que havia uma solução de consulta favorável para que essa dedução ocorresse de uma só vez.

“O contribuinte, na época uma empresa pública, em vez de arriscar, resolveu perguntar antes para a administração pública se poderia fazer dessa forma”, disse o advogado Humberto Ávila, que atua para a CPFL, em defesa oral na 1ª Turma. A

consulta, segundo ele, foi respondida pelo chefe da coordenação-geral de tributação da Receita (Cosit).

Ávila sustentou ainda que essa consulta nunca foi declarada ineficaz. Ele disse que a companhia fez a dedução com base na orientação que recebeu e, posteriormente, acabou surpreendida por uma mudança de posicionamento do órgão. “O contribuinte confiou na posição da administração e está sendo punido com juros e multa.”

Para a PGFN, no entanto, a versão é outra. O procurador Marcelo Kosminsky disse aos ministros que não foi feita uma consulta formal. A CPFL teria procurado diretamente o secretário da Receita Federal na época e não expôs os fatos de maneira correta, o que teria induzido o órgão a erro.

“Uma consulta tem que ser formulada à autoridade competente, no caso o delegado da Receita Federal, o qual, por meio de uma solução de consulta, e não por nota, responderia e publicaria o entendimento no Diário Oficial”, argumentou.

Ainda assim, disse o procurador, mesmo se a consulta fosse válida, não poderia ser aplicada ao caso. A dedução integral do valor, afirmou, poderia ser feita em caso de novação de dívida, o que não aconteceu. Para a fiscalização, houve apenas uma repactuação entre a companhia e a fundação.

Além disso, segundo a PGFN, só podem ser deduzidos do cálculo dos tributos os valores pagos às entidades de previdência complementar. No caso, afirmou Kosminsky, só R\$ 8,5 milhões - dos R\$ 426 milhões previstos e abatidos - haviam sido desembolsados naquele ano pela companhia.

“Esse passivo não consubstanciava uma dívida líquida e certa porque eventos futuros e variáveis poderiam alterar o seu montante. O fundo, para rentabilizar os aportes, faz investimentos no mercado financeiro. Faz aplicações. Um movimento positivo da bolsa, do câmbio ou outros títulos do mercado poderiam até mesmo reduzir a zero os repasses que teriam de ser feitos pela CPFL”, disse Kosminsky.

O relator desse caso no STJ, ministro Benedito Gonçalves, disse que para julgar o pedido da CPFL seria necessário examinar provas, o que não cabe à Corte fazer -

prevalecendo, portanto, a decisão da segunda instância, contrária à companhia (REsp 1582201).

“Para fins de se reconhecer a existência de novação na forma pretendida pelo recorrente demandaria necessariamente novo exame de provas, bem como a reinterpretação das cláusulas contratuais, o que é vedado por força das Súmulas nº 5 e nº 7”, disse. O entendimento do relator foi seguido pelos demais ministros.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

O rosto de Gretchen sem maquiagem é praticamente irreconhecível.

MEDICAL MATTERS

LINK PATROCINADO

Conheça as histórias de quem venceu a ansiedade generalizada

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Banco do Brasil, Embraer, Magazine Luiza, Taurus e mais: veja destaques de empresas



Por Nilson Teixeira

É sócio-fundador da gestora Macro Capital. Foi economista-ch... [ver mais](#)

Baixo crescimento pode ser duradouro

Empenho de grupos de interesse impedirá que reformas tributária e administrativa sejam abrangentes o suficiente

24/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A expansão média do PIB brasileiro nas últimas quatro décadas foi muito inferior à média dos países emergentes, notadamente os da Ásia. A expectativa para os próximos anos é ainda menos alvissareira, mesmo após as transformações das últimas décadas. A inflação descontrolada, que justificou por muito tempo o baixo crescimento, é parte do passado. O controle da taxa de câmbio em patamar apreciado, considerado por muito tempo razão para o frágil desempenho da economia, já não existe, apesar das intervenções nos mercados à vista e de swap cambiais. A conquista da democracia e da liberdade política, fator importante para estimular o crescimento, já está consolidada.

Todavia, há áreas que precisam de grande avanço. O ambiente de negócios, um empecilho à maior expansão da economia, tem evoluído pouco. A violência permanece elevada, o que reduz o fluxo de investimentos e de turismo. O risco jurídico se mantém exagerado, pois as ações judiciais são demoradas e sujeitas a muitos recursos - não é incomum ações contra a União demorarem mais de 20 anos.

Empenho de grupos de interesse impedirá que reformas tributária e administrativa sejam abrangentes o suficiente

A baixa abertura comercial e as barreiras não comerciais continuam dificultando o comércio internacional e a incorporação de tecnologia aos produtos locais. Ao mesmo tempo, a alta carga de impostos e a estrutura tributária complexa distanciam o país das cadeias globais de produção. Uma ampla abertura elevaria bastante a produtividade na economia. Todavia, a redução unilateral de impostos de importação dificilmente seria aceita pela maioria dos integrantes do governo e pelos setores afetados.

As peculiaridades do país têm gerado condições financeiras mais restritivas do que em mercados maduros. Apesar dos avanços no crédito privado e na renda variável, os financiamentos de longo prazo continuam concentrados nos bancos públicos, em particular no BNDES, mesmo após a compatibilização dos juros dos empréstimos ao custo da dívida pública. A desregulamentação do mercado de crédito ainda precisa evoluir para que as instituições públicas apenas complementem uma estrutura consolidada de financiamento privado.

A questão fiscal tornou-se mais relevante nos últimos tempos no debate sobre o crescimento devido ao recorrente déficit primário e ao aumento da dívida pública. Ao mesmo tempo, como determinado na Constituição, vários gastos estão vinculados à arrecadação de alguns tributos, enquanto outros são indexados à inflação. Em um ambiente em que a regra do Teto dos Gastos limita a expansão do dispêndio total, a ampliação vegetativa da parcela obrigatória tem reduzido gradualmente a magnitude das despesas discricionárias, entre as quais os investimentos públicos.

O quadro fiscal tem prejudicado a retomada da atividade à medida que pressiona os custos da dívida, por conta da sua maior magnitude e dos juros mais altos. Além de enormes, os gastos são distribuídos de forma constitucionalmente predefinida e influenciados por detentores de privilégios, como os dos funcionários públicos e os dos setores mais organizados, independentemente dos benefícios em termos de distribuição de renda, redução da pobreza ou aumento da produtividade.

Essas dinâmicas explicam a necessidade das Reformas Tributária e Administrativa. Não obstante, apesar da sua importância, o empenho dos mais variados grupos de interesse impedirá que essas reformas sejam abrangentes o suficiente para terem efeito significativo nesta década.

A intensa presença do Estado na economia é outro fator que interfere no crescimento. A desestatização da economia está longe de ser concluída, apesar da saída do Estado de setores como os de: telecomunicações - privatização de empresas estaduais; energia elétrica - venda de empresas de distribuição e de transmissão; transportes - concessões de estradas; bancário - venda de bancos estaduais; e petróleo - concessão de direitos de exploração de petróleo e venda de participações da Petrobras.

Muitos parlamentares e membros do governo continuam resistindo à redução do papel do Estado, mesmo em setores em que sua participação é desnecessária, como por exemplo: Eletrobras, Telebras, Casa da Moeda, Petrobras, BNB e Banco do Brasil. Mesmo as empresas em que se cogitou sua extinção ou incorporação sobreviveram e continuam dependentes do Tesouro, tais como: Codevasf, Valec, Finep e EPL.

Cerca de 65% da expansão média do PIB de 2,3% ao ano desde 1981 deveu-se ao bônus demográfico - entrada de pessoas no mercado de trabalho superior ao de saída. No período, a produtividade do trabalho permaneceu relativamente estagnada. Com a exaustão desse bônus ainda nesta década, haverá provavelmente um substancial declínio do crescimento, pois não há esperança de que haja um forte ciclo de investimentos nem uma alta substancial da eficiência na economia nos próximos 10 anos. O aumento da produtividade do trabalho exigiria uma melhoria da qualidade do ensino básico. Em um contexto de difícil recuperação das perdas geradas pela pandemia no aprendizado, será difícil melhorar o ensino nos próximos anos.

No curtíssimo prazo, a situação não é melhor. Mesmo após a recessão de 2020, a mediana das expectativas de mercado do Focus para o crescimento do PIB em 2021 é de somente 3,2%, com uma contração da atividade neste semestre seguida de uma recuperação no 2º semestre. Como o carregamento estatístico - manutenção de crescimento trimestral nulo em todos os trimestres - é de 3,6% para 2021, a expectativa é de que a atividade, na média, recue ligeiramente em todos os trimestres deste ano. Uma deterioração adicional na pandemia e uma alta da taxa Selic conforme prevista no Focus de 225 pontos base (pb) em 2021 e 100 pb em 2022 podem contribuir para uma redução significativa nas atuais projeções de crescimento.

Em suma, o quadro para a atividade é bastante frágil. O risco é de o crescimento continuar baixo por um período prolongado, pois os obstáculos, embora conhecidos há muito tempo, dificilmente serão superados rapidamente.

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

Os brasileiros depois de 1 ano de COVID

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Vacinação e COVID no Observatório FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

STF nega pedido de Bolsonaro para suspender restrições sociais pelo Brasil

VALOR INVESTE

Fiocruz: Variantes mais novas da covid-19 podem ser resistentes à vacina

Aumentam transferências especiais de parlamentares

Repasse direto dos recursos de emendas devem mais que triplicar de 2020 para 2021 passando para quase R\$ 2 bi

Por **Edna Simão** — De Brasília

24/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os parlamentares estão destinando cada vez mais emendas para as chamadas transferências especiais, em que há o repasse direto dos recursos de emendas parlamentares individuais impositivas aos Estados e municípios, sem a necessidade, por exemplo, de convênio. Segundo levantamento feito com base nos dados de Orçamento, as transferências especiais devem mais que triplicar de 2020 para 2021 passando de R\$ 621 milhões para R\$ 1,993 bilhão.

O aumento tem gerado certa preocupação no que diz respeito a fiscalização dos recursos pois não estaria claro o responsável por essa atribuição e como será feita. “São emendas sem carimbo o que pode virar uma forma de driblar a fiscalização”, disse um especialista em Orçamento ao **Valor**.

O Tribunal de Contas da União (TCU) informou que ainda não se posicionou sobre o assunto. Já o Ministério da Economia destacou que disponibilizou na Plataforma +Brasil o Relatório de Gestão que possibilita que os beneficiários informem em que e onde foram executados os recursos recebidos, mas a inclusão dos dados é facultativa.

Em 2020, 137 deputados e senadores optaram pela transferência especial e todos foram 100% atendidos em seus pedidos, conforme dados do Orçamento. Na proposta de Orçamento deste ano, que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso

Nacional, 411 parlamentares escolheram esse tipo modalidade, sendo que 40 deles deverão receber 100% do valor solicitado; 32 entre 95% e 99%; e 27 entre 90 e 94%.

Segundo o relatório temático sobre economia do projeto de lei que trata do Orçamento deste ano, a quase totalidade do valor referente ao atendimento de emendas individuais (R\$ 1,978 bilhão) destina-se à realização de transferências especiais, entregues diretamente ao ente beneficiário. “Tal modalidade, que neste exercício alcança os 26 Estados da federação e homenageia o pacto federativo ao patrocinar a desconcentração de recursos em favor dos entes subnacionais, promove uma simplificação de procedimentos afetos à liberação e fiscalização dos repasses, contribuindo para alavancar os investimentos em obras públicas e equipamentos locais, com geração de emprego e renda”, informa o documento.

O TCU informou que a medida dá maior celeridade para a transferências do recursos, mas “não é expressamente esclarecida a esfera responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos, ou seja, se compete ao Tribunal de Contas da União ou aos Tribunais de Contas dos demais entes controlar os recursos repassados”.

“Cabe ao TCU apurar se os recursos alocados na lei orçamentária anual para as emendas especiais foram efetivamente empenhados, liquidados e pagos no âmbito federal, isto é, se a transferência foi de fato realizada, conforme os limites e condições estabelecidos no art. 166, §§ 9º, 11, 13, 14 a 19, que tratam das emendas individuais impositivas. Essa análise compõe a apreciação das contas do presidente da República”, destacou.

O Ministério da Economia ressaltou que a nova modalidade proporciona mais simplicidade na transferência desses recursos. No que diz respeito à fiscalização, o ministério informa que o fato de todas as transferências especiais serem feitas por meio da Plataforma +Brasil garante transparência e acompanhamento em tempo real por qualquer cidadão de cada passo de sua execução. “Em função do texto constitucional estabelecer que a partir da transferência financeira os recursos passam a ser dos entes beneficiários, os órgãos de controle locais, como Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, são responsáveis por fiscalizar sua aplicação”, explicou o ministério.

A proteção de dados e o direito tributário

Os contribuintes terão, a partir da LGPD, um forte instrumento para exigir que os seus dados sejam tratados com responsabilidade e sigilo

Por Breno Kingma

24/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

O clima de desconfiança entre as nações nos pós-guerra fez com que os instrumentos de espionagem tivessem um grande desenvolvimento tecnológico. Mesmo particulares podiam ter acesso a mecanismos que permitiam bisbilhotar seus vizinhos.

Hollywood retratou bem essa tendência. “A Conversação”, “Chinatown” e “Todos os Homens do Presidente”, dentre diversos filmes da década de 70, tratam da paranoia que a espionagem trouxe e os problemas causados pela violação da intimidade das pessoas. A privacidade era tão sagrada na época que gerou o escândalo Watergate, levando o presidente Nixon a renunciar pela tentativa de colocar escutas na sede do Partido Democrata.

Os contribuintes terão, com a LGPD, um forte instrumento para exigir que os seus dados sejam tratados com responsabilidade

Com o fim da guerra fria e o surgimento do terrorismo, o direito sagrado à privacidade começou a ser mitigado. Percebeu-se que o excesso de sigilo foi fundamental para o ataque às Torres Gêmeas em 2001. Toda a legislação começou então a prestigiar a transparência.

Não por coincidência, a Lei Complementar nº 105, que permitiu o compartilhamento de informação bancária dos contribuintes com a Receita Federal, é de 2001. O Supremo Tribunal Federal (STF), influenciado com esse novo ambiente mundial de radical transparência, prestigiou a mitigação da privacidade em diversos julgados. E, exatamente nesse momento histórico, as redes sociais e os smartphones com câmeras surgiram e fizeram com que as pessoas, por iniciativa própria, expusessem diariamente seus dados, intimidades, amigos, horários, gostos, compras e localização.

No ambiente tributário, a fiscalização a partir da troca de informações entre empresas e Fisco passa a ser o norte. São criadas diversas obrigações acessórias que desnudam o contribuinte. As declarações de imposto solicitam cada vez mais dados. Speds, ECF, ECD e notas eletrônicas são o novo direito tributário. Nos tribunais, as sessões de julgamento passam a ser transmitidas em tempo real. Na televisão, o maior sucesso é o Big Brother.

Os países percebem, contudo, especialmente por meio dos casos Wikileaks, Snowden e Cambridge Analytica, que esse excesso de transparência permite que os governos e as big techs possam, por meio de espionagem e algoritmos, identificar personalidades e antever comportamentos e perfis das pessoas. É a partir do julgamento na corte inglesa do caso Cambridge Analytica, consultoria que utilizou dados do Facebook e modelos matemáticos para influenciar plebiscitos e eleições ao redor do mundo, que surgem o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia - RGPD (ou GDPR em inglês) e logo em seguida a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira (Lei nº 13.709, de 2018).

A nova legislação é uma reação à violação da privacidade e traz regras para a utilização de dados de acordo com o devido processo legal e a partir do conhecimento e consentimento das pessoas. É o que afirmam textualmente os artigos 1º e 2º da LGPD.

Nessa trilha, é de se esperar que o novo regramento repercuta sobre a relação Fisco e contribuintes. Não é normal que CPFs e dados de milhões de brasileiros sejam vazados e negociados na internet, como rotineiramente noticiado. Também há uma expectativa de que os processos eletrônicos, administrativos e judiciais sejam mais

sigilosos. Atualmente, por exemplo, qualquer pessoa pode acessar acórdãos de julgamentos administrativos, mesmo nos casos em que informações relevantes dos contribuintes estejam ali relatadas.

A nova lei se aplica às autoridades públicas (artigos 3º e 23) e prevê mecanismos para que o contribuinte saiba a razão da solicitação daquele dado e por quem e como ele está sendo utilizado (artigos 6º, 17 e 18). Além disso, a lei traz a obrigatoriedade de a autoridade nacional responsável pela fiscalização da LGPD enviar informe ao órgão público com medidas cabíveis para fazer cessar uma eventual violação. A lei também prevê, em seu artigo 42, a possibilidade de o contribuinte ajuizar ação indenizatória em caso de prejuízo pela má utilização ou vazamento de seu sigilo.

As instituições privadas, por seu turno, também deverão ser mais cuidadosas em compartilhar com as fiscalizações dados que possuem de outros contribuintes, pois, em caso de envio de informações não exigidas pela legislação, poderão ser responsabilizadas. Já os Fiscos serão obrigados a ter cada vez mais cuidado com as pessoas que acessam aqueles dados fiscais sigilosos e o uso que lhes é dado.

Em razão dos princípios da motivação, adequação e finalidade que permeiam toda a lei, as obrigações acessórias e intimações somente deverão exigir dados que sejam de estrito interesse da fiscalização. O contribuinte tem o direito de saber por que aquela informação é necessária e como será utilizada pela administração tributária.

Nos tribunais superiores, é de esperar, novamente, que o devido processo legal e a privacidade sejam prestigiados. É possível, inclusive, haver novo julgamento no STF sobre os limites do sigilo fiscal e a adequada motivação para sua quebra.

No âmbito internacional, a troca de informações entre os países pode sofrer regulamentação mais rígida. Um país somente aceitará compartilhar informações de um cidadão se souber que o outro país cuida corretamente daqueles dados. Preocupada com isso, a nova lei disciplina a troca internacional de dados nos artigos 33 e seguintes.

Portanto, se por um lado as administrações tributárias cada vez mais utilizarão o big data para desenhar sua política tributária e fiscalização, de outro, os contribuintes

terão, a partir da LGPD, um forte instrumento para exigir que os seus dados sejam tratados com responsabilidade e sigilo.

Breno Kingma é sócio da área Tributária do Vieira Rezende Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O perigo por trás da coceira do seu cachorro, leia isso

NUTRAPETS

LINK PATROCINADO

Conheça as histórias de quem venceu a ansiedade generalizada

ZENKLUB

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

por taboola

Conteúdo Publicitário